

ALINE DAIANE HAWERROTH

**A APREENSÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS
FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO CEMIC, DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR.**

**TOLEDO
2008**

ALINE DAIANE HAWERROTH

**A APREENSÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS
FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO CEMIC, DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR.**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do
Oeste do Paraná, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social.**

**Orientadora: Ms. Cleonilda Sabaini Thomazini
Dallago**

**TOLEDO
2008**

ALINE DAIANE HAWERROTH

**A APREENSÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS
FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO CEMIC, DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR.**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do
Oeste do Paraná, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social.**

BANCA EXAMINADORA

Prof.: Ms. Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof: Ms. Marize Rauber Engelbrecht
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof: Índia Nara Smaha
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, 11 de novembro de 2008.

Dedico este trabalho aos meus pais, Luiz Antônio e Ana Maria, que com apoio, compreensão e carinho me possibilitaram mais esta conquista. Obrigada. Amo muito vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, fonte de fé e de esperança.

Agradeço a todas as pessoas que fizeram parte deste trabalho:

Meus pais. A eles posso resumir o que representaram nessa etapa da minha vida em quatro palavras: carinho, compreensão, companheirismo e otimismo. Obrigada pai e mãe, por tudo!

Meu namorado Adriano que sempre esteve do meu lado, me apoiando e me incentivando. Obrigada por você existir. Você faz parte da conquista deste trabalho. Te amo muito!

Meu irmão Fernando e minha cunhada Dani que sempre estiveram aptos em ajudar no que era necessário. Também agradeço ao Vitor, meu afilhadinho lindo, que nos momentos tristes sempre me animou com as suas risadas e bagunças.

Um agradecimento muito especial à Professora Orientadora Ms. Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago, mais conhecida como Profe Cléo. O mundo seria melhor se existissem mais pessoas como você!!! Obrigada Profe Cléo pela paciência com essa sua orientanda e obrigada por compartilhar um pouquinho do seu saber comigo, pois a sua sabedoria é imensa. Agradeço também pela sua dedicação e pelo seu carinho com a nossa turma, pois você se superou em todos os sentidos. Profe, você, com certeza, faz parte desta conquista!!!

As amigas de todas as horas, pois, com o passar do tempo a gente “aprende que verdadeiras amizades continuam a crescer mesmo a longas distâncias, e o que importa não é o que você tem na vida, mas quem você tem na vida, e que bons amigos são a família que nos permitiram escolher” (William Shakespeare).

Ariela, obrigada amiga pelos grandes momentos felizes que você sempre me proporcionou, afinal, com a sua gargalhada não tem como ficar triste.

Carla, sempre pensando em fazer as coisas da melhor forma possível. Parabéns por ser tão esforçada em tudo que faz, te admiro muito!!

Eline, o que dizer. Para resumir um pouco, digo que é uma pessoa que tenho grande admiração e respeito, por ser guerreira, animada, inteligente, querida, enfim, vitoriosa. Torço por você nos caminhos da sua vida, e lembre-se: conte sempre comigo.

Elizane. A amiga mais persistente e valente que eu tenho. Aprendi com essa pessoa que tendo fé, esperança, alegria e bons amigos a gente consegue dar a volta por cima em todos os sentidos. Te admiro muito! Obrigada por tudo nesses quatro anos de convivência.

Leinna. Com você aprendi a dar risada das tristezas da vida! Você é uma figura! Obrigada por todas as palavras de carinho e pelas alegrias proporcionadas, sempre lembrarei de você. Sucesso!!!

Leonilda. Uma pessoa sempre animada, não importa se faz sol ou chuva, se está quente ou frio. Você é uma pessoa inacreditável. Lembrarei de você sempre. Valeu por tudo!!!

Sonia, você já nasceu sabendo! Te admiro muito em todos os sentidos, você é uma pessoa muito especial. Lembrarei sempre de você, tanto pelas palavras quanto pelas atitudes. Boa sorte amiga.

Agradeço também a todas as colegas de sala, pois de alguma forma sempre estiveram presentes nesses quatro anos de faculdade, em especial a Daiane, Vanessa, Leidi, Mônica, Carol, Manu, Martha, Ereni e Geni. Boa sorte a todas.

Um agradecimento especial à profissional assistente social, supervisora de campo e amiga Rosane R. Schuster Herpich, que sempre esteve disposta a ensinar tudo o que sabia e um pouco mais. Obrigada pelos bons momentos e, principalmente pela paciência, lembrarei sempre das suas palavras.

Aos amigos do CEMIC, Claci, Margarete, Idinês, Edirene, Valdemar, Gra, a todas as professoras, enfim, a todos os funcionários do CEMIC, obrigada por todos os momentos de conhecimento, de alegrias, de companheirismo, de paciência e de carinho.

Agradeço de forma especial à professora Índia Nara Smaha, supervisora acadêmica de estágio, por compreender os momentos difíceis, e por ser uma pessoa admirável. Obrigada Índia pela sua dedicação e pelo seu comprometimento com os acadêmicos do 4º ano, pois sem você, com certeza, não chegaríamos até aqui. Obrigada por tudo.

Agradeço a todo o corpo docente da UNIOESTE pelos ensinamentos e pela dedicação com os acadêmicos. Agradeço a UNIOESTE pela oportunidade de estudar em uma faculdade pública, e a todo o corpo de funcionários da instituição.

A todos os sujeitos que fizeram parte da pesquisa deste trabalho, um agradecimento especial, pois, estiveram aptos e se prontificaram a colaborar com tudo. Obrigada!

Enfim, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma fizeram parte da realização deste trabalho, bem como da trajetória percorrida durante quatro anos de faculdade. Muito obrigada a todos vocês!

Conquista...

*”Às vezes o caminhar é lento, mas o importante é não parar.
Mesmo um pequeno progresso é um avanço na direção certa.
E qualquer um é capaz de fazer um pequeno progresso.
Se você não pode conquistar algo importante hoje,
conquiste algo menor.
Pequenos riachos se transformam em rios poderosos.
Continue em frente.
O que de manhã parecia fora do alcance, pode ficar mais próximo
à tarde se você continuar em frente.
O tempo que usar trabalhando com paixão e intensidade aproximará
você do seu objetivo.
É bem mais difícil começar de novo se você pára completamente.
Então, continue em frente. Não desperdice a chance que você mesmo
criou.
Existe algo que pode ser feito agora mesmo, ainda hoje.
Pode não ser muito, mas fará com que você continue no jogo.
Caminhe rápido enquanto puder.
Caminhe lentamente quando for preciso.
Mas, seja o que for, continue andando.
E você conseguirá alcançar suas metas...
Realizar seus planos, sonhos...
Portanto, não desista, nunca!
E lembre-se que sua capacidade de continuar
vem unicamente de Deus.
Não que sejamos capazes, por nós, de pensar alguma coisa, como
de nós mesmos; mas a nossa capacidade vem de Deus”.*
(Autor desconhecido)

HAWERROTH, Aline Daiane. **A apreensão da prática profissional do Serviço Social junto às famílias atendidas pelo CEMIC, de Marechal Cândido Rondon/Paraná.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* – Toledo, 2008.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aborda a temática da Prática Profissional do Serviço Social no Centro de Estudos do Menor e Integração a Comunidade (CEMIC), de Marechal Cândido Rondon. Dessa forma, se elaborou como objetivo geral, conhecer e analisar junto às famílias atendidas no CEMIC, a sua apreensão da prática profissional do Serviço Social. Como objetivos específicos tratar-se-á de descrever a concepção de prática profissional do Serviço Social na atualidade, compreendendo como as famílias vêem as ações desenvolvidas pelo Serviço Social, e levantar junto a elas futuras expectativas em relação ao Serviço Social no CEMIC. Quanto à metodologia deste trabalho, optou-se pelo método da pesquisa exploratória, numa abordagem de cunho qualitativo. As técnicas utilizadas para a coleta de dados foram a entrevista semi-estruturada e a análise documental. O universo da pesquisa são as famílias cadastradas no CEMIC, delimitando-se as famílias cadastradas nos anos de 2007 e 2008 e que residem no Bairro Botafogo, na cidade de Marechal Cândido Rondon. Este período foi selecionado como amostra intencional, devido ao período de estágio supervisionado I e II freqüentados pela pesquisadora nos anos acima citados, e o local, pelo motivo de acessibilidade, pois é o bairro em que o CEMIC encontra-se instalado. Sendo assim, o trabalho discute o Serviço Social na contemporaneidade, explicitando as dimensões da prática profissional, bem como a direção social da profissão. Procurando compreender o Serviço Social no espaço sócio-ocupacional CEMIC, através da visão que as famílias apresentam, as quais trazem a sua apreensão em relação a prática profissional da assistente social na atualidade, bem como, apresentam futuras expectativas com relação ao Serviço Social na entidade.

Palavras chave: Serviço Social; Prática Profissional; Espaço Sócio-Ocupacional CEMIC.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Profissão dos entrevistados.....	44
Gráfico 2 - Tempo de trabalho dos entrevistados	45
Gráfico 3 - Número de filhos dos entrevistados.....	46
Gráfico 4 - Quanto tempo possui filho (s) no CEMIC.....	47

LISTA DE SIGLAS

APMI	Associação de Proteção a Maternidade e a Infância
CEMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CEMIC	Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CSU	Centro Social Urbano
DACA	Departamento de Atenção a Criança e ao Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IAM	Instituto de Atendimento do Menor
IASP	Instituto de Assistência Social do Paraná
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROJEÇÃO	Projeto Jovem em Ação
SENAI	Serviço Social de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SMAS	Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação
SOS	Serviços de Obras Sociais
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	4
LISTA DE SIGLAS.....	5
INTRODUÇÃO.....	12
1 O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.....	14
1.1 DIMENSÕES DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.....	14
1.2 DIREÇÃO SOCIAL DA PROFISSÃO.....	24
2 O SERVIÇO SOCIAL E O ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL CEMIC.....	31
2.1 OBJETIVOS E FINALIDADES DO CEMIC.....	31
2.2 OBJETIVOS DO SERVIÇO SOCIAL NO CEMIC.....	36
3 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	41
3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	41
3.2 CONHECENDO OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	44
3.3 A APREENSÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS.....	47
3.4 EXPECTATIVAS DAS FAMÍLIAS EM RELAÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62
APÊNDICES.....	66

INTRODUÇÃO

A pesquisa para este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), partiu da experiência do Estágio Curricular Supervisionado I e II, nos anos de 2007 e 2008, o qual foi realizado no Centro de Estudos do Menor e Integração a Comunidade (CEMIC), de Marechal Cândido Rondon – Paraná.

O CEMIC é uma entidade de contra turno escolar que atende crianças e adolescentes entre seis e quatorze anos e de seis a dezesseis anos pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Na entidade, as crianças e adolescentes participam de diversas oficinas, de atividades físicas e culturais, além de serem acompanhadas por profissionais como: assistente social, pedagoga, médico pediatra, dentista e psicóloga. No CEMIC, o Serviço Social realiza um acompanhamento às famílias destas crianças e adolescentes, através de reuniões e visitas domiciliares, sendo que a maioria destas famílias possui uma renda mensal muito baixa, de até três salários mínimos.

Diante de tal contexto, este trabalho traz como problema a questão de como as famílias atendidas pelo CEMIC vêem as ações desenvolvidas pelo Serviço Social e quais expectativas apresentam com relação a atual prática profissional da assistente social. A resposta para essa questão foi buscada através das famílias cadastradas no CEMIC, elegendo-se como amostra intencional as famílias cadastradas entre os anos de 2007 e 2008.

Portanto, este trabalho tem como objetivo geral conhecer e analisar junto às famílias atendidas no CEMIC, de Marechal Cândido Rondon/PR, a sua apreensão da prática profissional do Serviço Social. Os objetivos específicos são os seguintes: descrever a concepção de prática profissional do Serviço Social na perspectiva das famílias; compreender como as famílias vêem as ações desenvolvidas pelo Serviço Social e levantar junto a elas, futuras expectativas em relação ao Serviço Social.

O trabalho parte da abordagem qualitativa, com estudo exploratório, utilizando como técnicas a realização da pesquisa documental e das entrevistas as famílias, que trouxeram respostas para as questões previamente formuladas.

Dessa forma, com o propósito de explicitar e melhor entender o objeto, este trabalho divide-se em três capítulos.

O primeiro capítulo trata do Serviço Social na contemporaneidade, buscando fazer a contextualização da profissão de Serviço Social, desde o seu surgimento, analisando as dimensões da prática profissional, ou seja, teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-

operativas e a partir destas dimensões buscou-se compreender o significado social da profissão.

No segundo capítulo, tratou-se de conhecer e descrever o espaço sócio-ocupacional CEMIC a partir dos seus objetivos e das suas finalidades, com uma breve contextualização histórica, desde a sua criação até a atualidade. Como também, buscou-se descrever os objetivos do Serviço Social nesse espaço.

O terceiro e último capítulo trata da apresentação e interpretação dos dados da pesquisa, mostrando a metodologia utilizada neste trabalho. Em seguida, apresenta-se um breve perfil das famílias entrevistadas, com a idade, profissão, tempo de trabalho, número de filhos e a quanto tempo as famílias possuem filho (s) no CEMIC. No item seguinte, busca-se fazer a análise da apreensão da prática profissional do Serviço Social na perspectiva das famílias, apontando e analisando as suas expectativas em relação à profissão no CEMIC.

1 O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Em um primeiro momento, cabe destacar que este capítulo trata do contexto histórico da profissão de Serviço Social até a atualidade, através das dimensões da prática profissional, quais sejam: teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, bem como, tratará de explicar a direção social da profissão de Serviço Social.

1.1 DIMENSÕES DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.

O Serviço Social nasce de um pensamento católico e burguês, em que a culpa do fracasso e/ou do sucesso do indivíduo era atrelado a ele próprio, e não a estrutura social e econômica vigente. Segundo Silva (1984), foi através da Igreja, a partir de movimentos de ação social, que surgiram as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil. A primeira escola foi criada em 1936 em São Paulo e a segunda, no Rio de Janeiro, no ano de 1937.

Essa relação entre a Igreja e o Serviço Social

[...] vai imprimir a profissão caráter de apostolado, fundado em uma abordagem da *questão social* como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais [...] (YAZBEK, 2000, p.22) (grifo da autora).

O conservadorismo católico caracterizou os primeiros anos do Serviço Social, sendo que, a base que orientou o pensamento e a ação “[...] do emergente Serviço Social tem sua fonte na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino [...]: o tomismo¹ e o neotomismo² [...]” (*Id. Ibid.*, p.22).

Notadamente, após a criação das primeiras escolas de Serviço Social, grandes instituições sociais foram implantadas: o Conselho Nacional de Serviço Social, em 1938; a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Serviço Social de Aprendizagem Industrial (SENAI), ambos em 1942, o Serviço Social da Indústria (SESI) e a Fundação Leão XIII,

¹ “Referência ao pensamento filosófico de São Tomás de Aquino (1225), um teólogo dominicano que escreveu uma obra filosófica caracterizada por uma perspectiva humanista e metafísica do ser que vai marcar o pensamento da Igreja Católica a partir do século XIII [...]” (YAZBEK, 2000, p. 22- Glossário).

² “Retomada do pensamento de São Tomás a partir do papa Leão XII, em 1879 na Doutrina Social da Igreja e de pensadores franco-belgas como Jacques Maritain na França e do Cardeal Mercier na Bélgica. Buscavam nesta filosofia diretrizes para a abordagem da questão social” (YAZBEK, 2000, p.22- Glossário).

criadas em 1946. O surgimento das mesmas aconteceu devido “[...] ao aprofundamento das contradições desencadeadas a partir da Segunda Guerra Mundial e a crise política e social que precede a desagregação do Estado Novo [...]” (CARVALHO, 1993, p. 249).

Essas instituições passaram a inserir de forma imediata a contratação do assistente social, como trabalhador especializado, possibilitando então condições “[...] para a existência de um crescente mercado de trabalho para o campo das profissões de *cunho social*, permitindo um desenvolvimento rápido do ensino especializado de Serviço Social [...]” (CARVALHO, 1993, p.255) (grifos do autor). Com isso, implicou-se um processo para legitimar e institucionalizar a profissão de Serviço Social.

Neste contexto de legitimação e institucionalização, se pode considerar que

As grandes instituições assistenciais desenvolvem-se num momento em que o Serviço Social, como profissão legitimada dentro da divisão social do trabalho - entendido o Assistente Social como profissional que domina um corpo de conhecimentos, métodos e técnicas - é um projeto ainda em estado embrionário; é uma atividade profundamente marcada e ligada a sua origem católica, e a determinadas frações de classes, as quais ainda monopolizam seu ensino e prática. Nesse sentido, o processo de institucionalização do Serviço Social será também o processo de profissionalização dos Assistentes Sociais formados nas Escolas especializadas (CARVALHO, 1993, p. 315).

Dessa forma, o mercado de trabalho para os assistentes sociais se expande nos anos de 1940 e 1950, sendo que essa expansão acontece com o desenvolvimento da industrialização. “[...] É esse mercado de trabalho que o desenvolvimento capitalista operado sob o comando do grande capital e do Estado autocrático burguês a ele funcional redimensiona e consolida nacionalmente. [...]” (NETTO, 2006, p.120). Dessa forma, o segmento da empresa passou a ser um mercado de trabalho expressivo para os assistentes sociais, porém, deve-se salientar que esse espaço da empresa não foi aberto ao Serviço Social apenas pelo motivo do crescimento da indústria, “[...] mas determinado também pelo pano de fundo sociopolítico em que ele ocorre e que instaura necessidades peculiares de vigilância e controle da força de trabalho no território da produção” (*Id. Ibid.*, p.122).

Esse mercado profissional trouxe para a profissão de Serviço Social, um padrão novo de exigências para a sua prática profissional, tanto nas agências do Estado, quanto nos espaços privados. “[...] Mudou o *perfil* do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exige-se um assistente social ele mesmo ‘moderno’[...]” (*Id. Ibid.*, p.123) (grifo do

autor). O autor coloca que o desempenho do profissional passou a ter procedimentos racionais³ em vez de traços tradicionais, desenvolvendo-se a renovação do Serviço Social.

Para Netto (2006), a renovação é entendida como um

[...] conjunto de características novas que, no marco das construções da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão as teorias e disciplinas sociais (*Id. Ibid.*, p.131).

Pode-se ressaltar que “[...] a renovação implica a construção de um *pluralismo profissional*, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem. [...]” (*Id. Ibid.*, p.131) (grifos do autor). Segundo o autor, essa legitimação prática e a validação teórica fazem parte do processo de renovação diante do momento em que a profissão procura se definir como instituição.

Todas essas mudanças foram levando a um movimento dentro da categoria em que se puderam levantar fundamentos do agir profissional, um processo de renovação que trouxe mudanças, fato esse que acabou culminando a partir de 1965 na América Latina, com a erosão do Serviço Social tradicional, o assim chamado movimento de reconceituação do Serviço Social. “[...] A reconceptualização [ou reconceituação] está intimamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de sessenta: a questão que originalmente a comanda é a *funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento* [...]” (*Id. Ibid.*, p.146) (grifos do autor).

Durante o movimento de reconceituação, podem-se ressaltar dois de seus traços, sendo que, “o primeiro deles refere-se à relação com a tradição marxista. [...]” (*Id. Ibid.*, p.148). Dessa forma, depois desse movimento o pensamento de Marx passou a não ser estranho aos profissionais assistentes sociais, sendo então essa interlocução entre a profissão e o pensamento de Marx um elemento da modernidade profissional. E “o segundo elemento

³ “[...] A racionalidade burocrático-administrativa com que a ‘modernização conservadora’ rebateu nos espaços institucionais do exercício profissional passou a requisitar do assistente social uma postura ela mesma ‘moderna’, no sentido da compatibilização do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades dimanantes daquela racionalidade. A prática dos profissionais teve de revestir-se de características- formais e processuais- capazes de possibilitar, de uma parte, o seu controle e a sua verificação segundo critérios burocrático-administrativos das instâncias hierárquicas e, doutra, a sua crescente interseção com outros profissionais. [...]” (NETTO, 2006, p. 123).

importante introduzido no curso do processo de que estamos cuidando foi uma nova relação dos profissionais no marco continental. [...]” (*Id. Ibid.*, p.150). A interação entre os profissionais latino-americanos já existia, porém, um novo dado é que nesse movimento se articulou uma interação, na medida de urgência, para que se fundasse uma unidade profissional autônoma, para responder aos problemas da América – Latina. “[...] Este passo, igualmente, não se deu sem equívocos; mas graças a ele, alteraram-se substantivamente a direção e o conteúdo dos foros que reuniam as inquietações e as propostas profissionais [...]” (*Id. Ibid.*, p.150).

Durante todo esse contexto histórico, se teve todo um movimento de análises e estudos no Serviço Social, tendo a formulação do primeiro Código de Ética Profissional em 1947, e sua revisão em 1965 e 1975. Nesses códigos “[...] permaneceram vigentes as mesmas concepções filosóficas assentadas no neotomismo, a partir das quais consagrávamos valores abstratos e metafísicos como ‘bem comum’ e ‘pessoa humana’” (PAIVA *et al* 1996, p.159).

É a partir da crítica ao conservadorismo e do início da perda de legitimidade da ditadura, que segundo Neto (1999), se inscreveu a primeira condição para a constituição de um novo projeto profissional, diante de um pensamento crítico da profissão, que é a condição política, tendo maior visibilidade, no ano de 1979, quando as vanguardas da categoria profissional conquistaram a vivência democrática e passaram a se mobilizar no debate político, desde o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que aconteceu nesse mesmo ano, e que segundo o autor, ficou conhecido como o Congresso da Virada. Neste Congresso “[...] a direção conservadora é questionada e os convidados especiais, representados pelas autoridades do regime militar, são substituídos por dirigentes de organizações populares” (SILVA, 1995, p.40).

Ressalta-se então, que o projeto ético-político profissional vincula-se a uma transformação da sociedade, e essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional impõe. O projeto não se efetiva a partir do individualismo, mas sim diante da coletividade, do envolvimento da categoria para discutir os valores, os compromissos da profissão com a sociedade e para debater os princípios que norteiam a profissão.

[...] É através da sua organização (organização que envolve os profissionais em atividade, as instituições que os formam, os pesquisadores, docentes e estudantes da área, seus organismos corporativos e sindicais etc.) que uma categoria elabora o seu projeto profissional [...] (NETO, 1999, p.95).

Para Neto (1999), o projeto profissional formula, entre outros elementos, o conjunto formado por referências técnicas, teóricas, éticas e políticas, todas formuladas para o exercício profissional do assistente social.

Assim, a partir de 1980, de acordo com Yamamoto (1999), o projeto ético-político profissional vem sendo construído pela categoria de assistentes sociais de forma coletiva. “[...] Projeto profissional comprometido com a defesa dos direitos sociais, da cidadania, da esfera pública no horizonte da ampliação progressiva da democratização da política e da economia na sociedade. [...]” (PAIVA *et al* 1996, p.159-160). Portanto, ainda na década de 1980 se tem a reformulação do Código de Ética de 1986 e diante de princípios éticos que estavam estabelecidos historicamente, “[...] foram negados conceitos abstratos e indicada urgência de objetivar os sujeitos históricos para apreender suas necessidades concretas” (*Id. Ibid.*, p.159-160).

Para essa apreensão o Código de 1986 assinalou alguns pontos:

[...] contrapondo, por exemplo, o princípio da contradição ao da harmonia/estabilidade, suporte dos códigos anteriores. Em contraste com a idéia da “neutralidade profissional”, estabelece-se a clara noção de “compromisso”, que se concretizou por meio dos deveres de: “democratizar as informações aos usuários”; “criar espaços para a sua participação nos programas e decisões institucionais”; “denunciar falhas nas instituições” e “contribuir na alteração da correlação de forças”, de modo a viabilizar as demandas de interesses dos usuários [...] (*Id. Ibid.*, p. 160).

Diante desse compromisso, Paiva (*et al* 1996) afirma que houve a necessidade de se configurar um novo perfil para a profissão, tendo então, uma percepção da ação do profissional assistente social que necessita de capacitação, no sentido de elaborar, gerir e decidir sobre as políticas sociais e programas institucionais, pressupondo instrumentos para de forma crítica, conhecer a realidade política e social. A partir desse novo perfil, o assistente social é requisitado a estar sintonizado com estudos e pesquisas atuais ligados a sua área.

Com todas as mudanças que ocorreram na profissão passa-se a ter uma dimensão teórico-metodológica que deixa de ter como base os conceitos morais surgidos da perspectiva do neotomismo e do funcionalismo, que até então, faziam parte do Serviço Social, enquanto que a dimensão ético-política sofre uma mudança na medida em que deixa para trás a ética da neutralidade e passa a compreender as contradições postas na sociedade e junto com essas mudanças apresenta com muita clareza a sua posição diante da classe trabalhadora.

Apesar de todas as mudanças ocorridas, ainda assim foi necessária a revisão do Código de Ética de 1986,

[...] não se trata, pois, de abrir mão dos princípios e dos objetivos que [...] garantiram a profissão uma vinculação explícita as forças sociais progressistas e uma proposta profissional compatível com essa direção social. [...] A necessária revisão deve operar-se com a manutenção de uma clara opção por um *projeto social* e de um nítido *projeto profissional* [...] (*Id. Ibid.*, p. 161) (grifos da autora).

Assim, as unilateralidades⁴ do Código de Ética de 1986 foram ajustadas, o que resultou no Código de 1993, que está vigorando hoje. Na revisão, foi incorporado ao texto todo o acúmulo de teorias dos últimos vinte anos, realizados pela categoria. “[...] O Código de 1993, neste sentido, coroa o processo de construção do projeto ético-político profissional. [...]” (NETO, 1999, p. 104).

De acordo com a ABEPSS (2004), pode-se dizer que aconteceu um grande avanço diante da dimensão da ética. Pois, a partir do Código de Ética de 1993 foram constituídos direitos e deveres do profissional assistente social, de acordo com princípios e valores. Dessa forma, “O Serviço Social [...] afirma-se como uma profissão na sociedade, dotada de uma dimensão teórico-metodológica e técnico-operativa, não se dissociando de implicações de ordem ética e política” (*Id. Ibid.*, p.73).

Todo esse movimento e avanço que ocorre na profissão culminaram no chamado projeto ético-político profissional. Projeto que, segundo Iamamoto (1999), materializou um conjunto formado pelo Código de Ética Profissional do Serviço Social, pela Lei de Regulamentação da Profissão e pelas Diretrizes Curriculares.

Deste modo, o Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), apresenta princípios fundamentais que são essenciais para a prática profissional:

⁴ “[...] o Código de 1986 mostrou-se, em certos aspectos, insuficiente do ponto de vista teórico e filosófico, e também apresentou fragilidades quanto a sua operacionalização no cotidiano profissional. [...] Dentro do raciocínio da crítica ao Código de 1986, queria se dizer e demarcar o seguinte: aquele se propunha muito mais a dar conta do aspecto político e educativo do que dessa dimensão normativa. No código de 1986, havia, pois, um privilégio das instruções teórico-metodológicas de como conduzir a prática profissional: dever-se-ia, por exemplo, priorizar o trabalho com grupos, em equipes, de forma coletiva. Tinha-se quase um ensinamento de *como fazer*, e não do que se deve ou não deve fazer frente aos compromissos assumidos. O Código precisa tematizar, na verdade, *o dever ser*: como a prática pode ser realizada de acordo com os princípios éticos definidos pelo projeto político-profissional, devendo recusar o que não é aceitável dentro do exercício do Serviço Social, ou seja, o que é proibido e vedado ao assistente social fazer. [...]” (PAIVA; SALES, 1996, p. 176) (grifos das autoras).

Reconhecimento da liberdade como valor ético central; defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade; defesa do aprofundamento da democracia; posicionamento em favor da equidade e justiça social; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito; garantia do pluralismo; opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária; articulação com os movimentos de outras categorias; compromisso com a qualidade dos serviços prestados a população; exercício do Serviço Social sem ser discriminado (CFESS, 2006, p.16-17).

Para esses princípios se efetivarem, remete-se “[...] a luta no campo democrático-popular por direitos que acumule forças políticas, base organizativa e conquistas materiais e sociais capazes de dinamizar a luta contra-hegemônica no horizonte de uma nova ordem societária [...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 226). Para a autora ao penetrarem no exercício cotidiano, os princípios éticos passam a indicar um modo novo de agir do trabalho profissional, passando a estabelecer formas de se conduzir diante das condições e das relações de trabalho que está sendo exercido.

Ainda no ano de 1993, destaca-se a aprovação da Lei de Regulamentação da Profissão, Lei Nº. 8.662, que dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências (CFESS, 2006). Essa lei passa a assegurar, a partir dos artigos 4º e 5º, respectivamente, as competências e as atribuições privativas do assistente social, sendo as competências as seguintes:

I - Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e população; IV – Vetado V - Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - Planejar, organizar e administrar benefícios sociais; VII - Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividades; X - Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - Realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (CFESS, 2006, p.33-34).

Constituem-se ainda, atribuições privativas do assistente social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (CFESS, 2006, p.34-35).

Esta lei, que regulamenta a profissão de Serviço Social, está em consonância com os elementos das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, que garantem a formação profissional como forma de viabilizar a capacidade teórico-metodológica e ético-política, e como condição fundamental e de suma importância para o exercício profissional de atividades técnico-operativas, com a:

Apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país; compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 2006, p. 348-349).

Em torno de toda essa estrutura das diretrizes curriculares, estão articulados três núcleos que fundamentam a formação profissional, da seguinte forma: o primeiro é o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, compreendido como um conjunto de

elementos teórico-metodológicos e ético-políticos, para que, enquanto totalidade histórica possa se conhecer o ser social; o segundo, o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que diz respeito à compreensão dessa sociedade, nas suas diversidades, tanto regionais, como locais. Esse núcleo também faz uma análise da direção social do Serviço Social no seu caráter contraditório; e o terceiro núcleo compreende os fundamentos do trabalho profissional, abrangendo todos os elementos característicos do Serviço Social, no sentido da especialização do trabalho. E a partir desses núcleos, são articuladas as matérias, desdobrando-se em disciplinas, seminários atividades complementares, entre outros elementos do currículo (*Id. Ibid.*).

Para Koike (1999), as diretrizes curriculares devem ser implantadas e desenvolvidas na prática acadêmica, para que assim se possa alcançar a lógica curricular respondendo as exigências postas pela formação profissional, e dotá-las de meios para se enfrentar os desafios contemporâneos da realidade brasileira. Assim, discutir formação profissional e tomá-la como totalidade, significa compreender que o ensino da prática deve ser pensado em sua particularidade e “[...] na sua imbricação com as dimensões prático-social do exercício profissional, quais sejam: técnico-instrumental, teórico-metodológica, ético-política, investigativa e formativa [...]” (GUERRA, 2000, p.158).

Dessa forma, é mister compreender e analisar essas cinco dimensões, na medida em que a dimensão técnico-instrumental, é remetida “[...] as competências instrumentais pelas quais a profissão é reconhecida e legitimada; porém, ainda que seja necessário atendê-las, o exercício profissional não pode se limitar as competências instrumentais;” (*Id. Ibid.*, p.158). No que diz respeito à dimensão teórico-intelectual, o ensino da prática deve oferecer um referencial teórico-metodológico, permitindo ao profissional fazer a distinção entre tipos de saberes e possibilidades. “[...] Com isso, entendemos que o papel da teoria para o Serviço Social é tanto fazer a crítica ontológica do cotidiano quanto apontar as possibilidades de ação de uma realidade sóciohistórica” (*Id. Ibid.*, p.158). A dimensão ético-política requer adotar valores, escolhas e princípios, tendo como base finalidades que “[...] consubstanciadas num projeto profissional coletivo contemplam uma orientação na direção social da profissão, dada pelas ações profissionais” (*Id. Ibid.*, p.158).

Na dimensão investigativa deve-se pensar em formar os profissionais tanto para pesquisar, como para analisar as conjunturas e os “[...] contextos sociohistóricos e institucionais, mas também buscar informações sobre os objetos e usuários dos serviços e saber transmitir as informações adequadas de maneira acessível” (*Id. Ibid.*, p.159).

Por fim, há de se falar da dimensão formativa que tem a profissão, pois todos os assistentes sociais possuem a competência de atuar no campo da formação profissional, não se reduzindo ao treinamento de alunos. “O ensino da prática tem que responder a esta dimensão: tem que permitir a compreensão dos papéis dos atores envolvidos: o aluno, o supervisor e o professor e precisa qualificá-los para a assunção destes papéis” (*Id. Ibid.*, p.159).

Sendo assim, as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas são de fundamental importância e se complementam. Esclarecendo:

[...] só o domínio de uma perspectiva teórico-metodológica, descolada seja de uma aproximação à realidade, do engajamento político, ou ainda de uma base técnico-operativa, ele, sozinho, não é suficiente para descobrir e imprimir novos caminhos ao trabalho profissional [...] (IAMAMOTO, 1999, p. 54).

Nesse mesmo sentido, “[...] o engajamento político do cidadão profissional não é suficiente para diretamente dele derivar uma base teórica rigorosa” (IAMAMOTO, 1999, p.54). Ou seja, apenas o engajamento político, solto das dimensões teórico-metodológicas e do instrumental operativo, torna-se escasso diante de novas perspectivas para a profissão. Já a dimensão técnico-operativa da profissão ao se desprender das dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas poderá derivar em um mero tecnicismo. Pode-se perceber que as dimensões mencionadas estão em constante transformação durante a história. Assim, entende-se que o projeto ético-político profissional vem sendo construído até os dias atuais, com justiça e equidade na defesa dos direitos da sociedade.

Ao analisar as dimensões da prática profissional do Serviço Social na contemporaneidade, quais sejam: teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, leva-se a discussões que são fundamentais para discorrer como são pensadas essas dimensões, as quais apontam uma direção na sociedade, englobando a formação e o exercício profissional do assistente social. A partir de tal contextualização histórica da profissão, no próximo item buscar-se-á entender a direção social da profissão de Serviço Social.

1.2 DIREÇÃO SOCIAL DA PROFISSÃO

Para melhor compreensão da direção social da profissão de Serviço Social, segundo Henríquez (2001), parte-se a princípio da definição que o trabalho social tem como foco da sua intervenção o relacionamento das pessoas com o contexto em que estão inseridas, e traz como elementos essenciais os princípios de justiça social e de direitos humanos, que geram motivação e legitimam a ação do profissional. Pode-se assim, afirmar com Henríquez (2001), que

O trabalho social desenvolve-se a partir dos ideais de humanismo e democracia e os seus valores radicam no respeito pela Igualdade, valor e dignidade de todos. Desde o início, há um século atrás, o trabalho social centrou a sua acção na resposta as necessidades das pessoas, bem como ao desenvolvimento das capacidades do ser humano. [...] (*Id. Ibid.*, p.101).

A partir desta compreensão sobre o trabalho social, entende-se que ao problematizar as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social, supostamente compreende-se o significado social da profissão diante da sociedade, tese que aponta que o Serviço Social quando surge não tem como predominância da sua função social o saber, mas surge como uma “[...] especialização do trabalho na sociedade que carrega em si um suposto de explicação da vida social como base para a ação, para a intervenção no processo social” (IAMAMOTO, 2000, p.175). Ressalta-se que, com relação ao saber, “[...] os assistentes sociais, no Brasil, são ‘jovens intelectuais’ quando comparados a outros ramos profissionais de maior tradição e acervo no campo da produção acadêmica. [...]” (IAMAMOTO, 1999, p.106). Porém, isso não significa que a profissão seja intelectualmente subalterna, mas sim, que a busca pelo saber intelectual tem sido adquirida pelos profissionais como um desafio, superando os limites do passado. Diante desse contexto, deve-se ressaltar a importância de se ter uma perspectiva teórico-metodológica, que se torna o centro para explicar a vida social, tendo um grande acervo para fazer a leitura da sociedade e iluminar a ação profissional.

Segundo a autora, deve haver um incentivo entre os profissionais assistentes sociais para participarem de debates que dizem respeito ao significado e a direção social da prática profissional, para que assim, a prática possa contribuir para defender um espaço democrático, da participação popular no momento presente, pois o significado da prática

profissional passa a ser revelado a partir do momento em que se insere na sociedade. Neste sentido,

Para apreender o significado social da prática profissional supõe inseri-la no conjunto das condições e relações sociais que lhe atribuem um sentido histórico e nas quais se torna possível e necessária. O Serviço Social afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao se constituir em expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada (IAMAMOTO, 2000, p. 88).

Desta forma, a profissão de Serviço Social, segundo Iamamoto (1999), é entendida como histórica, e assim adquire sentido diante da história da sociedade, da qual faz parte. Percebe-se então, que as mudanças na história que vem acontecendo acabam alterando a divisão do trabalho perante a sociedade, bem como alteram a divisão técnica do trabalho, isso dentro das estruturas produtivas, que são ajustadas sob formas novas de gestão e organização do trabalho.

O significado social da profissão “[...] depende da dinâmica das relações entre as classes e dessas classes com o Estado nas sociedades nacionais em quadros conjunturais específicos no enfrentamento da ‘questão social’⁵.[...]” (*Id. Ibid.*, p. 203). O Serviço Social, passa então, a implementar, ou ainda em menor condição, a formular e planejar as políticas sociais⁶.

Diante dessa afirmação, pode-se dizer que foi a partir do Código de Ética de 1986, que estabeleceu a noção de compromisso profissional, que foi determinante para se configurar um novo perfil profissional, sendo então, a ação profissional capacitada “[...] para elaborar, gerir e decidir a respeito de políticas sociais e programas institucionais, o que pressupõe instrumentos para o conhecimento crítico da realidade política e social. [...]” (PAIVA *et al* 1996, p.160). Ou seja, o profissional deixa de ser apenas um executor das políticas sociais e passa a participar do planejamento e da avaliação das mesmas, tendo como desafio o de estar atualizado nas pesquisas e estudos sobre sua área. Contudo, a revisão do Código de 1986,

⁵ “Por ‘Questão Social’, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘Questão Social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.21).

⁶ “[...] A política social consiste em estratégia governamental e normalmente se exhibe em forma de relações jurídicas e políticas, não podendo ser compreendida por si mesma. Não se definindo a si, nem resultando apenas do desabrochar do espírito humano, a política social é uma maneira de expressar as relações sociais, cujas raízes se localizam no mundo da produção. [...]” (VIEIRA, 1992, p. 21-22).

tomou todo o cuidado de não “[...] abrir mão dos princípios e dos objetivos que [...] garantiram a profissão uma vinculação explícita as forças sociais progressistas e uma proposta profissional compatível com essa direção social. [...]” (*Id. Ibid.*, p. 161). Tratou-se sim, de preservar os ganhos obtidos com o referido Código.

Assim, se a profissão de Serviço Social é “[...] *socialmente determinada por circunstâncias sociais objetivas*, as quais conferem uma direção social predominante à prática profissional [...] ela *é também produto da atividade dos sujeitos que a constroem coletivamente* [...]” (IAMAMOTO, 1999, p. 204) (grifos da autora).

Contudo, cabe ressaltar que:

[...] o significado social da prática profissional não se revela de imediato, não se revela no próprio relato do fazer profissional, das dificuldades que vivenciamos cotidianamente. A prática profissional não tem o poder miraculoso de revelar-se a si própria. Adquire seu sentido, descobre suas alternativas na história da sociedade da qual é parte. Assim sendo, é lançado um olhar para mais longe, para o horizonte do movimento das classes sociais e de suas relações nos quadros do Estado e da sociedade nacional, que se torna possível desvelar a prática do Serviço Social, apreender os fios que a articulam as estratégias políticas das classes, desvelar a sua necessidade, os seus efeitos na vida social, assim como os seus limites e suas possibilidades. [...] (IAMAMOTO, 2000, p. 120).

Para entender a prática profissional ela deve ser inserida nas relações das classes sociais juntamente com seus mecanismos de poder, porém, preservando as características da profissão, ou seja, como atividade inscrita da divisão sócio-técnica do trabalho. Diante disso, é a partir da institucionalização do Serviço Social, que a profissão é afirmada como uma especialização do trabalho, como parte de uma estratégia da classe dominante. Portanto, o Serviço Social se institucionalizou “[...] com o propósito subjacente de criar um tipo de socialização do operário adequado às novas condições de vida industrial, ao ritmo e a disciplinarização do trabalho, que fortaleça as bases de legitimidade para o exercício do poder de classe [...]” (*Id. Ibid.*, p. 121-122).

Conforme Guerra (2007), o mundo do trabalho se alterou, ou seja, nos últimos trinta anos algumas transformações ocorreram nos países capitalistas decorrentes da crise do capital, sendo que, essas alterações no mundo do trabalho são manifestadas na história do Serviço Social havendo um redimensionamento das políticas sociais, que passaram a ser

[...] espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, decorrentes de novas e mais complexas relações entre Estado e sociedade civil, de onde deriva um novo padrão de enfrentamento da questão social (Cf. Montaño, 2002), caracterizado por medidas focais e paliativas de combate à pobreza, pelo estabelecimento de redes de proteção social, pelo crescimento do terceiro setor e de práticas voluntárias e voluntaristas, tais como a proposta atual da economia solidária e o cooperativismo. [...] (*Id. Ibid.*, p.6).

Dessa forma, a prática profissional é redimensionada por mudanças que passaram a ocorrer no campo das demandas e dos serviços sociais, ou seja, no campo dos serviços as mudanças aconteceram de forma que foi incorporada aos mesmos a lógica do modo de produção capitalista, gerando alterações em suas relações de trabalho. Segundo a autora, os profissionais passaram a fazer mediações que até então eram desconhecidas pelos mesmos, “[...] como o de prestação de serviços vinculado à proteção social, e o assistente social, equivocadamente, reconhecido como um profissional liberal” (*Id. Ibid.*, p.7).

Cabe ressaltar que, para Guerra (2007, p. 7-8), “[...] a lógica mercadológica que perpassa os serviços sociais, junto com as políticas sociais, passa a se constituir a própria racionalidade que orienta o exercício profissional [...]”, indicando qual deve ser a forma de trabalho do profissional, ou seja, de acordo com as exigências do capital, para a valorização e acumulação do mesmo. Assim, percebe-se que a lógica capitalista interfere na forma de realização do exercício profissional, o que muitas vezes acaba limitando-o a serviços burocráticos e a finalidades institucionais, influenciando, dessa forma, na competência, na qualidade da prática profissional e concomitantemente na direção social.

Diante de todo esse contexto, o significado para a profissão de se pautar em um projeto profissional crítico, pode-se dizer que é

[...] uma *possibilidade* (o que não quer dizer efetividade) de os profissionais tomarem consciência dos fundamentos (objetivos e subjetivos) sobre os quais a prática profissional se desenvolve, porque os projetos profissionais se organizam em torno de um conjunto de conhecimentos teóricos e de saberes interventivos, de valores, princípios e diretrizes éticas e políticas, de orientações sobre o perfil de profissional que se deseja formar e de diretrizes para tal. [...] (*Id. Ibid.*, p.8).

Ressalta-se que o projeto profissional crítico quando orienta uma profissão, elenca valores, princípios e uma direção social definida para se construir os perfis profissionais, sendo que, entre esses perfis há o profissional capaz de reconhecer suas competências e

atribuir qualidade, de forma técnica, as ações que desenvolve, com a clareza de uma direção crítica e tendo como objetivo a defesa dos direitos humanos e sociais, causando a superação do vínculo histórico da profissão com o conservadorismo. No caso de a profissão ser orientada por projetos progressistas, significa que a profissão adere às táticas profissionais e sócio-políticas para somar forças na luta da classe trabalhadora contra os ajustes neoliberais⁷ e o capitalismo⁸.

Portanto, “[...] a formulação de um projeto profissional crítico à sociedade burguesa é uma demanda dos segmentos da sociedade que recebem os serviços prestados pelo assistente social, e não apenas uma condição de grupos ou do coletivo profissional” (*Id. Ibid.*, p.9).

Na atualidade o projeto capitalista, ou seja, o neoliberal, que tem como meta extinguir todas as formas que impedem o desenvolvimento do capitalismo, é apresentado como a proposta sustentadora dos processos que privatizam e mercantilizam a vida social. Diante disso, o neoliberalismo⁹ vem tentando enfraquecer tanto os movimentos sociais, quanto os trabalhistas e os sindicais, isso tudo de forma que o seu desenvolvimento tenha como razão a fragilidade e a regressão das formas que os trabalhadores possuem para se organizarem, como por exemplo, os sindicatos.

Para tanto, devem ser criadas estratégias que permitam homogeneizar as posturas e valores dos profissionais através da criação de projetos que indique a esses profissionais o que fazer e quando, bem como para indicar as providências a serem tomadas pelos profissionais, uma direção social, para atuarem de forma “[...] crítica, qualificada e vinculada aos movimentos sociais em busca de alianças na construção das condições capazes de instituir uma cultura democrática e de respeito aos direitos historicamente conquistados pelas classes excluídas do acesso a riqueza [...]” (*Id. Ibid.*, p. 9-10).

⁷ “[...] o ajuste neoliberal não é apenas de natureza econômica: faz parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais. Passa a existir um outro projeto de ‘reintegração social’, com parâmetros distintos daqueles que entraram em crise a partir dos anos 70. Os *pobres* passam a ser uma nova ‘categoria classificatória’, alvo das políticas focalizadas de assistência, mantendo sua condição de ‘pobre’ por uma lógica coerente com o individualismo que dá sustentação ideológica a esse modelo de acumulação: no domínio do mercado existem, ‘naturalmente’, ganhadores e perdedores, fortes e fracos, os que pertencem e os que ficam de fora” (SOARES, 2002, p. 12-13) (grifos da autora).

⁸ “[...] Capitalismo significa não apenas um sistema de produção de mercadorias, como também um determinado sistema no qual a força de trabalho se transforma em mercadoria e se coloca no mercado como qualquer outro objeto de troca. Para que exista Capitalismo faz-se necessária a concentração da propriedade dos meios de produção em mãos de uma classe social e a presença de uma outra classe para a qual a venda da força de trabalho seja a única fonte de subsistência. [...]” (CATANI, 1984, p. 8-9).

⁹ O neoliberalismo “[...] inclui (por definição) a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma ‘nova’ pobreza. Ao contrário, portanto, do que se afirma, a reprodução em condições críticas de grandes parcelas da população faz parte do modelo, não impedindo a reprodução do capital. [...]” (SOARES, 2002, p. 12).

Portanto, compete ao profissional que, pelo seu conhecimento teórico e pela direção política da sua prática, juntamente com uma postura renovada, vá além da simples cotidianidade¹⁰ para ir em busca de uma prática crítica e competente. Assim, os profissionais assistentes sociais devem fazer a crítica à vida cotidiana, ou aos elementos da cotidianidade em que se encontram, através de estudos e análises para ir além desta mera cotidianidade. Tal estudo conduz a considerarmos

[...] que ao nos referenciarmos por um projeto profissional crítico, que tem uma vinculação com projetos societários progressistas, poderemos estabelecer o limite entre uma prática imediatista, espontânea, intuitiva, manipulatória e aquela que tem uma clara direção sociopolítica (*Id. Ibid.*, p.16).

Assim sendo, mesmo que a prática do assistente social seja permeada pelos fundamentos capitalistas, manifestados tanto na cotidianidade dos profissionais quanto das classes sociais, o profissional, no contexto das relações sociais, deve melhor entender o significado da sua atuação. Cabe ao profissional responder a uma direção teórica do método dialético, pois este é um passo fundamental para a categoria profissional transcender a imediaticidade¹¹, que é própria da vida cotidiana, e um dos principais elementos causadores do corte da direção social conquistada pela categoria ao longo dos anos de 1980 e 1990.

Diante de toda esta conjuntura, faz-se necessário que os profissionais de Serviço Social busquem conhecer, compreender e analisar o significado social da profissão, desmistificando as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, no interior das relações econômicas, sociais e políticas que orientam a prática profissional no caminho da defesa e conquista de princípios como o da liberdade, da democracia e da justiça social.

Dessa forma, ressalta-se que “[...] o novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas [...]” (IAMAMOTO, 1999, p. 49).

¹⁰ “Na ótica lukacsiana, a vida cotidiana é *insuprimível*. Não há sociedade sem cotidianidade, não há homem sem vida cotidiana. Enquanto espaço-tempo de constituição, produção e reprodução do ser social, a vida cotidiana é ineliminável. [...]”. Dessa forma, para Lukács, as determinações essenciais da cotidianidade são: a heterogeneidade, a imediaticidade e a superficialidade extensiva, que na vida cotidiana são os componentes ontológico-estruturais (NETTO; CARVALHO, 1996, p.66).

¹¹ “[...] o padrão de comportamento próprio da cotidianidade é a relação *direta* entre pensamento e ação; a conduta específica da cotidianidade é a conduta *mediata*, sem a qual os automatismos e o espontaneísmo necessários à reprodução do indivíduo enquanto tal seriam inviáveis” (NETTO; CARVALHO, 1996, p. 67) (grifo dos autores).

Sendo assim, exige-se na contemporaneidade um profissional com competência crítica, qualificado para decifrar a realidade em que está inserido, através de uma atuação investigativa.

Conforme Mota (2006),

Vivemos um momento de ofensiva da pós modernidade, do conservadorismo, e o nosso projeto profissional que se expressa no compromisso da profissão no enfrentamento da “Questão Social”, a superação da desigualdade, a luta e projeto de emancipação política e humana dos povos pode estar sendo ameaçada ora pelo conservadorismo, ora pelo retrocesso político que está acontecendo na sociedade brasileira e nas ciências sociais em especial (MOTA, 2006).

No que diz respeito à questão social, é sobre as suas múltiplas expressões que, na atualidade, incide o trabalho profissional do assistente social, e decifrar os seus determinantes é uma condição básica para o profissional diante do significado social da profissão. Destaca-se que “[...] dar conta da questão social, hoje, é decifrar as desigualdades sociais - de classes - em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente etc. [...]” (IAMAMOTO, 1999, p. 114).

Portanto, ao discutir a direção social da profissão de Serviço Social, a partir das dimensões da prática profissional, ou seja, teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, cabe dizer que a profissão é entendida como um processo, pois ela se transforma ao se transformarem as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve, sendo que o profissional assistente social é capaz de analisar a realidade social em que está inserido. A partir do contexto analisado, buscar-se-á, no próximo capítulo, conhecer e descrever o espaço sócio-ocupacional do Centro de Estudos do Menor e Integração a Comunidade (CEMIC), seus objetivos e finalidades, bem como os objetivos que permeiam o exercício profissional do Serviço Social nesse espaço.

2 O SERVIÇO SOCIAL E O ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL CEMIC

Este capítulo procura caracterizar historicamente o espaço sócio-ocupacional do Centro de Estudos do Menor e Integração a Comunidade (CEMIC), de Marechal Cândido Rondon/ PR, buscando, em um primeiro item, compreender os objetivos e finalidades deste espaço, bem como, no item subsequente, apresentar os objetivos da atuação do Serviço Social na entidade.

2.1 OBJETIVOS E FINALIDADES DO CEMIC

O Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade (CEMIC), foi criado a partir de uma reivindicação da população do município de Marechal Cândido Rondon diante do descaso com as crianças e adolescentes do local. Neste contexto, o município contava somente com o Centro Social Urbano (CSU), para os atendimentos e reivindicações das situações de carência que se apresentavam ao poder municipal.

Assim, pode-se dizer que, diante das contradições geradas na relação capital e trabalho, os municípios em conjunto com o Governo Federal começam a discutir e buscar soluções para o atendimento assistencial. Esta discussão se acelera em Marechal Cândido Rondon no ano de 1979 e em 25 de julho de 1980 é fundado nesta cidade o CSU “Semírames Braga”, abrigando entidades assistenciais atuantes no município, tais como: Legião Brasileira de Assistência (LBA); Serviços de Obras Sociais (SOS); Associação de Proteção a Maternidade e Infância (APMI) e no ano de 1982, o Centro de Estudos do Menor e Integração a Comunidade (CEMIC). As prioridades do CSU era a integração das ações das entidades existentes no município, bem como a ampliação das áreas de atuação das mesmas e a criação do Conselho Diretivo do Centro Social Urbano.

Desde o seu primeiro ano de ação, o conselho diretivo teve como meta minimizar os “problemas sociais”¹² da população carente da sede, bairros e distritos de Marechal Cândido Rondon. Dessa forma, o conselho diretivo procurou desenvolver campanhas e estimular a produção das diversas áreas do CSU, como: marcenaria, horta e trabalhos manuais de voluntárias, como o crochê e a pintura. As entidades envolvidas com o CSU sempre

¹² Entende-se que a meta é minimizar as desigualdades presentes na sociedade, porém, usa-se a expressão problemas sociais, na medida em que, apresenta-se dessa forma nos documentos da entidade.

tiveram apoio da comunidade e de órgãos municipais, para a continuidade de suas atividades e manutenção da instituição e de seus programas.¹³

Diante das atividades que o CSU vinha desenvolvendo no município em conjunto com as reivindicações apresentadas pela população, em espaços como escolas e conselhos municipais, a presidência do CSU apresentou a proposta da criação do CEMIC aos membros do Conselho Diretivo, em 1982, sendo que, a partir da aprovação dos membros, a entidade passou a integrar o CSU, determinando o funcionamento do programa através de uma interação com a APMI, ou seja, as crianças ao atingirem a idade de desligamento da APMI, são transferidas para o CEMIC. Iniciou-se o atendimento a sessenta crianças e adolescentes, sendo que, no início, o atendimento a essas crianças e adolescentes se dava pela comercialização dos trabalhos produzidos no CSU, tais como: trabalhos manuais da marcenaria e do artesanato, alimentos produzidos na horta e na padaria, bem como os produtos derivados do aviário. Portanto, o CEMIC foi declarado e reconhecido pelo município como entidade de utilidade pública municipal, através da lei nº. 3.052 de 08 de julho de 1996.

Cabe salientar que o CEMIC foi um desdobramento do Instituto de Atendimento do Menor (IAM), que hoje é denominado de Instituto de Assistência Social do Paraná (IASP). Na época, como o município possuía recursos suficientes para a manutenção do programa, não necessitou do auxílio do IAM, que era disponibilizado aos municípios mais fragilizados. Entretanto, como o CEMIC era mantido pela comunidade, no decorrer dos anos, somente essa participação não era mais suficiente. Foi então, que a prefeitura municipal passou a auxiliar na manutenção das entidades envolvidas no CSU.

Historicamente o CEMIC foi implantado na cidade de Marechal Cândido Rondon no ano de 1982, tendo sua estrutura de atendimento vinculada ao CSU até o ano de 1990, porém, em 1986 inicia-se uma discussão acerca da possibilidade de seu desmembramento, constituindo-se em 27 de setembro de 1990 como sociedade civil sem fins lucrativos, com diretoria e estatuto próprio.

No ano de 2002 o CSU foi extinto e passou a ter uma outra nomenclatura, chamando-se Departamento de Atenção a Criança e ao Adolescente (DACA). Assim, o CEMIC e a APMI, que ainda eram comportados pelo CSU, passaram a ser atendidos pelo

¹³ Informações retiradas da Construção Aproximativa com o Campo de Estágio, da pesquisadora, no ano de 2007.

DACA¹⁴, que administrou essas duas entidades até 2005, ano em que a APMI passou a ser denominada de Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI). Porém, a partir de deste ano, os CMEIS passaram a ser atendidos pela Secretaria Municipal de Educação e o CEMIC passou a ser administrado pela Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação (SMAS), motivo que levou o DACA a ser extinto.¹⁵

Diante do contexto apresentado, cabe ressaltar as finalidades do CEMIC conforme o seu Estatuto. São elas:

Assistência educacional a criança e ao adolescente em situação de risco social, na faixa etária compreendida entre 04 e 14 anos de idade, residentes no município de Marechal Cândido Rondon; Assistência ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que compreende a faixa etária de 06 a 16 anos; Manter e incentivar o atendimento pedagógico em regime de contra turno escolar, proporcionado à criança e ao adolescente os horários específicos de estudo; Promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares, tais como: oficinas de trabalhos manuais, informática, música, dança, teatro e atividades físicas. (CEMIC, 2001).

O CEMIC também tem por finalidades atender ao disposto nas Constituições Federal, ECA e LOAS, observando em cada situação a legislação e normas especificamente aplicáveis, quais sejam:

Dar condições bio-psico sociais a todos os indivíduos desde o berçário até as oficinas semiprofissionalizantes; Proporcionar condições ao educando de fazer a leitura da realidade através das informações e conhecimentos adquiridos de modo formal e informal; Colocar a educação no conjunto das lutas pela democratização da sociedade, que consiste na conquista, pelo conjunto da população, das condições materiais, sociais políticas e culturais através das quais se assegura a ativa participação de todos na direção da sociedade, respeitando seus direitos, deveres e limites; Assegurar a toda criança o máximo de desenvolvimento de suas potencialidades, respeitando seu estágio de aprendizagem e desenvolvimento, tendo em vista auxilia-las na superação das desvantagens decorrentes das condições sócio-econômicas desfavoráveis; Formar no aluno a capacidade crítica e criativa em relação aos conteúdos de ensino e à aplicação dos conhecimentos e habilidades em tarefas teóricas e práticas. A assimilação ativa dos conteúdos toma significado e relevância social quando se transforma em atitude e convicção

¹⁴ O DACA era um departamento da Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação (SMAS), que administrava o CEMIC e as creches do município (APMI), sendo que, possuía uma diretora geral e uma coordenadora em cada uma das creches.

¹⁵ Este contexto histórico, até o presente momento, tem como base os estudos feitos na Construção Aproximativa com o Campo de Estágio, da pesquisadora, no ano de 2007.

frente aos desafios posto pela realidade social; Formar o individual para a vida coletiva, estando voltado para a formação das qualidades humanas, modo de agir em relação ao trabalho, ao estudo, à natureza, em concordância com princípios éticos; Envolver todas as pessoas que direta ou indiretamente se relacionam com a instituição: administração, coordenação, servidores, professores, pais e alunos; Garantir a todas as crianças, sem nenhuma discriminação de classe social, cor, religião ou sexo, uma sólida preparação cultural e científica, através dos meios e conteúdos de ensino. Desenvolvendo as capacidades físicas e mentais necessárias ao exercício do trabalho e da cidadania. (CEMIC, 2001).

Destaca-se que, conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) do CEMIC, atualmente a entidade atende 480 crianças e adolescentes de seis a quatorze anos, no contra turno escolar, e de seis a dezesseis anos pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), sendo que destes, os de dez a dezesseis anos participam de oficinas semi-profissionalizantes. A estrutura pedagógica do CEMIC é conduzida por alguns objetivos, entre eles o de suprir eventuais defasagens no desenvolvimento da criança e do adolescente. Na entidade, as crianças e adolescentes realizam atividades de orientação de estudos; aulas de flauta doce e percussão; aulas de informática; aulas de religião; aulas de educação física; oficina de pintura; oficina de trabalhos manuais; oficina de corte e costura e oficina de panificação (CEMIC, 2007).

A entidade possui 43 funcionários registrados, tendo em sua estrutura organizacional uma diretora, uma coordenadora pedagógica, uma supervisora, uma assistente social, uma estagiária de Serviço Social e uma psicóloga. Quanto a equipe multidisciplinar, é composta por uma professora de informática; uma professora de coral e coreografia, ensino religioso, teclado e bibliotecária; uma professora de violão e flauta doce; uma professora da oficina do bordado; duas professoras da oficina da pintura; duas professoras da oficina do reciclado (jornal); uma professora da oficina sala múltipla e coral; uma professora da oficina da costura; um professor da oficina da estufa, além de 18 estagiários do curso de Educação Física, através de uma parceria com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em que os mesmos fazem parte do quadro de professores do Projeto Jovem em Ação (PROJEÇÃO), no qual

[...] são desenvolvidas atividades esportivas de: **Judô; Capoeira; Karatê; Voleibol; Basquetebol; Futsal; Handebol e Xadrez.** Entendendo, pois, que a atividade física e cultural é um importante componente no combate as doenças do século XX (doenças degenerativas cardiovasculares), assim como, no combate as drogas, a criminalidade, problemas comportamentais,

tais como agressividade, desinteresse, baixo auto-estima, entre outros. Com isso, atividades relacionadas ao incremento de mudanças no estilo de vida das pessoas e em particular das crianças e adolescentes tornam-se viáveis no atual momento. (CEMIC, 2007) (grifos do autor).

Além das atividades citadas, segundo o PPP, diariamente as crianças e adolescentes matriculados no CEMIC recebem três refeições na entidade. Recebem também um acompanhamento pediátrico, odontológico, social, pedagógico, psicológico e acompanhamento de professores no transporte escolar ao retornarem para suas casas, sendo que, os recursos para tais atendimentos são advindos da prefeitura municipal através da SMAS, bem como de recursos próprios da entidade. Também é realizado um acompanhamento paralelo com as famílias destas crianças e adolescentes, através de visitas domiciliares, reuniões e encontros individuais. Pode-se destacar que grande parte das famílias atendidas pelo CEMIC possui renda igual ou inferior a três salários mínimos, no entanto, para a maioria destas famílias a renda fica abaixo desse valor. A ocupação da maioria dessas famílias é: coletores de papéis, empregadas domésticas, zeladoras, auxiliares de produção em indústrias do município, autônomos (CEMIC, 2007).

Quanto ao espaço físico do CEMIC, este é composto por uma sala de direção, uma secretaria, uma sala de coordenação, uma sala de supervisão, quatro banheiros, um refeitório, uma biblioteca, uma marcenaria e uma horta. O CEMIC também possui áreas de uso comum com o CMEI Pequeno Polegar, pois este que se localiza no mesmo espaço físico, tendo áreas como: uma cozinha, uma lavanderia e uma padaria equipadas, um consultório médico e um consultório odontológico, um campo de futebol, um ginásio de esportes pequeno, entre outras.

Quanto aos recursos financeiros do CEMIC, estes provêm de convênio firmado com a Prefeitura Municipal, o qual repassa uma verba conforme o número de crianças e adolescentes atendidos no centro, sendo que a entidade atende os educandos incluídos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), em parceria com a Prefeitura Municipal e com o Governo Federal. Além disso, alguns recursos provêm de programações beneficentes, como os tradicionais Cafés Coloniais, que são desenvolvidos pela entidade.

Segundo o PPP do CEMIC, “As atividades oferecidas atualmente têm por objetivo o desenvolvimento de vários aspectos: sócio-moral, afetivo, cognitivo, motor e outros, contribuindo para a elevação da consciência sobre os direitos e deveres sociais [...]” (CEMIC, 2007). O que o CEMIC propõe é uma educação crítica, em que o ato de aprender

desenvolva na criança e no adolescente capacidade crítica e analítica para a leitura da realidade, ou seja, da sua situação real.

2.2 OBJETIVOS DO SERVIÇO SOCIAL NO CEMIC

Em um primeiro momento destacar-se-á o processo histórico do Serviço Social no CEMIC, a partir da sua inserção no CSU, visto que por um longo período as atividades dessa entidade eram atendidas pelos profissionais presentes no CSU. Dessa forma, ressalta-se que entre os anos de 1979 (ano de criação do CSU) a 1986, a instituição não disponibilizava da prática profissional de um assistente social, sendo que este município, quando necessário, requisitava um profissional da cidade de Toledo, o qual eventualmente participava de reuniões na entidade.

Assim, nos seus primeiros sete anos de atuação no município, o CSU atuava sem um profissional da área social. Foi somente no ano de 1986 que a diretora deste local durante a participação no Encontro Estadual de Centros Urbanos, expõe a situação e a necessidade de ter em seu quadro de profissionais um assistente social atuando na entidade. Fato que possibilitou, logo em seguida, a contratação de uma profissional assistente social que mudou-se para a cidade de Marechal Cândido Rondon, assumindo o cargo de assistente social no local.¹⁶

Como já explicitado anteriormente, o CEMIC esteve vinculado ao CSU até o ano de 1990, ano em que se desmembrou e passou a ter sua própria diretoria e seu próprio estatuto. No que diz respeito ao Serviço Social, a profissional assistente social que atuava no CSU passou a fazer parte do quadro de funcionários do CEMIC, havendo um grande avanço no que diz respeito à profissão na entidade, pois, ao longo dos anos, várias profissionais assistentes sociais trabalharam no local. No ano de 2004, foram chamadas para atender a demanda do CEMIC e da creche¹⁷ Pequeno Polegar, duas profissionais assistentes sociais, visto que, as creches eram administradas pela Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação (SMAS), e as duas entidades atendiam no mesmo espaço físico. Porém, no ano de 2006, a creche Pequeno Polegar, juntamente com as outras creches do município, passaram a

¹⁶ Informações embasadas no Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social de: REICHERT, Cleuza Maria. **Violência Escolar**: os limites de compreensão da problemática na ótica dos professores, do Centro de Estudos do Menor e Integração a Comunidade – CEMIC de Marechal Cândido Rondon. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* de Toledo, 2002.

¹⁷ Para atender a determinações legais, no ano de 2006, as creches passaram a ser atendidas pela Secretaria Municipal de Educação, mudando a nomenclatura para Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI).

ser administradas pela Secretaria Municipal de Educação. Com as mudanças ocorridas uma das profissionais assistente social foi transferida para a SMAS, e na entidade CEMIC permaneceu uma assistente social, a qual continua no local.

A partir de todo este contexto, pode-se dizer que, de acordo com o PPP do CEMIC, o Serviço Social se faz presente na realização e acompanhamento de projetos, prestando assessoria, bem como realizando toda a parte de apoio à família, através de orientações, visitas, diagnóstico do perfil dos usuários, que revela as características econômicas, sociais, culturais, políticas e as perspectivas de mudança da realidade na qual estão inseridos. “A fundamentação teórica dos projetos se dá através de estudos de diferentes enfoques pedagógicos, visando adequá-los a uma proposta que está dentro da concepção de homem e da sociedade dos envolvidos no processo educativo”. (CEMIC, 2007).

Nesta perspectiva, atualmente o Serviço Social acompanha o projeto desenvolvido sobre Cursos de Capacitação e Grupos Temáticos para pais do Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade (CEMIC), em que estão sendo oferecidos cursos de: Informática, objetivando o repasse do conhecimento teórico e prático das noções básicas de informática, como, apreensão do funcionamento e manipulação do computador; Bijuteria; Manicure e Pedicure; Secretária do Lar; e palestras em forma de grupos temáticos com profissionais como: psicólogos, terapeutas, enfermeiros, conselheiro tutelar, assistente social, religiosos e outros, objetivando atender as famílias nas suas necessidades de ordem pessoal, familiar ou social, seja com filhos, companheiros ou terceiros.¹⁸ Segundo o PPP do CEMIC, uma das finalidades da instituição é estabelecer uma relação de maneira aberta com as famílias, pois se considera que estas são parceiras da instituição como interlocutoras do processo educativo das crianças e adolescentes.

No contexto de relações que determinam as ações no âmbito institucional, no que se define o atendimento às necessidades do cidadão e usuário do serviço de assistência, existe uma significativa demanda de famílias de baixa renda no município, que tem por urgente a necessidade de ser atendido pela entidade, pois são famílias que não tem condições de se suprir. Desta forma, enquanto os pais estão trabalhando, necessitam do atendimento da

¹⁸ Segunda a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), as novas formas de definição de família estão ligadas às transformações que ocorrem economicamente e socialmente, aos novos costumes e aos avanços da tecnologia. “[...] O novo cenário tem remetido a discussão do que seja a família, uma vez que as três dimensões clássicas de sua definição (sexualidade, procriação e convivência) já não têm o mesmo grau de imbricamento que se acreditava outrora. Nesta perspectiva, podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consangüíneos, afetivos e, ou, de solidariedade. Como resultado das modificações acima mencionadas, superou-se a referência de tempo e de lugar para a compreensão do conceito de família” (CNAS, 2004, p.35).

entidade, pois eles não têm outro local para deixarem seus filhos. A instituição visa à promoção humana, mas ao analisar a relação demanda/cobertura, percebe-se que nem sempre esta se dá de forma que garanta o atendimento a todo o público que à espera, sendo que atualmente, várias famílias aguardam vagas para matricularem seus filhos.

As práticas institucionais se operam segundo a lógica da demanda desenvolvida pelos atores institucionais, sendo as ações destes atores o ponto comum das relações sociais existentes. Sendo assim, acredita-se ser essencial que os profissionais envolvidos nos espaços institucionais conheçam a realidade social e econômica dos usuários atendidos, bem como os objetivos institucionais, e enquanto trabalhador social não deixar de lado os objetivos elencados pela profissão. Percebe-se que o Serviço Social tem atuado diretamente no trato das expressões da questão social, porém, atua sob forças de limites institucionais imposto pelo próprio meio e condições de sociabilidade, bem como aqueles limites colocados pela coordenação de superiores da entidade. Limitações, que muitas vezes interrompem as ações do profissional, sendo importante ressaltar a necessidade de o profissional ter capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, para concretizar suas ações em direção da emancipação do usuário, na luta pela efetivação dos direitos, tornando o trabalho mais funcional e legítimo, abrindo espaços e ampliando as metas em relação ao objeto institucional e ao saber profissional.

Destaca-se que o objetivo do Serviço Social na instituição é a promoção social das famílias envolvidas na entidade, com elaboração de programas e projetos de atuação, além de realizar visitas domiciliares às famílias dos usuários e de possíveis usuários, para conhecer a realidade destas famílias e acompanhar as dificuldades e soluções alcançadas pela mesma; organizar junto com a coordenação, promoções e eventos para arrecadar fundos, que servirão para a manutenção de parte das atividades; prestar assessoramento técnico a entidade; desenvolver programas de palestras educativas para crianças e adolescentes, bem como suas respectivas famílias; programar e coordenar reuniões de pais; planejar e executar ações em programas e projetos, conforme a demanda que se estabelece; programar de desenvolver cursos de aperfeiçoamento e profissionalização para as famílias; fazer a triagem das famílias para inserção no CEMIC, entre outras atividades¹⁹.

Entre as atividades diárias da profissional assistente social, pode-se destacar: entrevistas, cadastros e matrículas, visitas domiciliares no acompanhamento as famílias, elaboração de pareceres sociais e ofícios, aconselhamento e encaminhamentos em geral. Para

¹⁹ As informações descritas foram retiradas da Construção Aproximativa com o Campo de Estágio, da pesquisadora, no ano de 2007.

desenvolver estas atividades, conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, a profissional segue o Código de Ética Profissional, e a partir dele, as normas internas da entidade. De acordo com Iamamoto (1999), os princípios do Código de Ética devem iluminar os caminhos a serem trilhados pelos profissionais, segundo compromissos assumidos pela categoria de forma coletiva.

Levando em consideração que das atividades da profissional assistente social, uma das mais exercidas, é a efetivação da matrícula, sente-se a necessidade de explicar os procedimentos tomados pela profissional para que a mesma aconteça. Portanto, os pais ou responsáveis ao procurarem o CEMIC respondem a uma entrevista realizada pela assistente social com o preenchimento de um cadastro pessoal. Assim, quando há vagas na entidade, a profissional, após o preenchimento do cadastro, encaminha os pais ou responsáveis até a coordenação do CEMIC, esta que por sua vez, preenche uma ficha com todos os dados da criança ou adolescente e efetua a matrícula. Porém, quando não há vagas disponíveis, o cadastro preenchido serve como aguardo em uma lista, sendo que, quando uma criança ou adolescente é desligado, chama-se o próximo que estiver aguardando.

Destaca-se também que, no momento da matrícula a assistente social tem como critério institucional fazer uma avaliação técnica dos pais, ou seja, obrigatoriamente os pais das crianças e adolescentes precisam estar trabalhando no período integral, sendo que, quando a mãe e/ou o pai encontram-se em casa por mais de quinze dias, sem justificar a real situação, a criança ou adolescente é desligada da entidade. Porém, antes que isso aconteça, a assistente social faz um estudo verificando quais são os motivos que levaram a tal situação. No mesmo sentido, se a criança ou adolescente faltar por mais de quinze dias consecutivos, sem justificativa, o procedimento é que se desligue o mesmo da entidade.

Com o desenvolvimento do Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II nesta instituição, ressalta-se que a assistente social tem atuado buscando legitimar a prática social, com seus fundamentos teóricos-metodológicos, com respaldo e conhecimento as leis e estatutos que apontam seus direitos e dos usuários. Isto tem possibilitado a valorização da profissão e do profissional na elaboração e conquista de novos espaços pela busca da justiça e igualdade social, o qual tem se expressado como base da política de assistência, bem como a direção que o projeto ético-político profissional define como essencial para a categoria profissional do Serviço Social.

Após explicitado, neste capítulo, os objetivos e as finalidades do CEMIC no município de Marechal Cândido Rondon, e descrever o trabalho profissional que a assistente

social vem desenvolvendo, no próximo capítulo explicar-se-á a metodologia utilizada e a pesquisa de campo.

3 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

O terceiro e último capítulo busca descrever a apresentação e a interpretação dos dados da pesquisa. Primeiramente, destaca-se a metodologia utilizada para a realização da pesquisa. Em seguida, apresenta-se um breve perfil das famílias entrevistadas, com o objetivo de conhecer os sujeitos da pesquisa. O item subsequente trata da análise da apreensão da prática profissional do Serviço Social na atualidade, finalizando com a interpretação dos dados obtidos com as famílias, sobre futuras expectativas das mesmas em relação ao Serviço Social no CEMIC.

3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa tem o objetivo de responder ao problema formulado, é feita quando não se dispõem de informações suficientes para trazer respostas a esse problema. Para o autor “a pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. [...]” (GIL, 1996, p.19).

Dessa forma, para apresentar a pesquisa de campo realizada nesse trabalho, fez-se a opção pela abordagem qualitativa, que é uma abordagem que “[...] parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. [...]” (CHIZZOTTI, 2001, p.79). Para o autor, na pesquisa qualitativa, as pessoas que participam da pesquisa são sujeitos que formam conhecimentos e criam práticas que servirão para a resolução dos problemas identificados. Assim, tem-se como pressuposto, que essas pessoas possuem um conhecimento prático, com significados que formam uma concepção de vida, e de modo geral, orientam as suas ações.

Para tanto, utilizou-se nesse trabalho o estudo exploratório, que permite ao pesquisador aumentar a sua experiência sobre o problema da pesquisa. “[...] Este tipo de investigação, por exemplo, não exige a revisão da literatura, as entrevistas, o emprego de questionários, etc., tudo dentro de um esquema elaborado com a seriedade característica de um trabalho científico” (TRIVINÕS, 1987, p.109-110).

Portanto, tendo como objeto de estudo a prática profissional do Serviço Social, estabeleceu-se como objetivo geral, conhecer e analisar junto às famílias atendidas no Centro de Estudos do Menor e Integração a Comunidade (CEMIC), de Marechal Cândido

Rondon/Paraná, a sua apreensão da prática profissional do Serviço Social, sendo que, os objetivos indicam “[...] o que é pretendido com o desenvolvimento da pesquisa e quais os resultados que se procura alcançar” (GIL, 1996, p.145). Como objetivos específicos procurou-se descrever a concepção de prática profissional do Serviço Social na atualidade, compreendendo como as famílias vêem as ações desenvolvidas pelo Serviço Social no CEMIC e levantar junto a elas, futuras expectativas em relação ao Serviço Social na entidade.

Tendo em vista que, para Gil (1996, p.26), “[...] toda pesquisa se inicia com algum tipo de problema, ou indagação [...]” e com a finalidade de alcançar o objetivo proposto, tem-se o seguinte problema: como as famílias atendidas pelo CEMIC vêem as ações desenvolvidas pelo Serviço Social e quais expectativas apresentam com relação a atual prática profissional da assistente social?

Dessa forma, para realizar as entrevistas, delimitou-se o universo da pesquisa que são as famílias cadastradas no CEMIC, definindo para a entrevista onze famílias, através de uma amostra intencional, ou seja, foram selecionadas as famílias cadastradas no CEMIC entre os anos de 2007 e 2008, período de desenvolvimento de Estágio Supervisionado I e II pela pesquisadora, bem como, dentre essas famílias, selecionou-se as residentes no Bairro Botafogo da cidade de Marechal Cândido Rondon, devido a uma questão de acessibilidade, pois o CEMIC localiza-se no bairro mencionado.

Utilizou-se como técnicas de pesquisa a pesquisa documental e a entrevista semi-estruturada, que consiste na elaboração de questões abertas, mas que durante a pesquisa possibilita o surgimento de novos questionamentos, além das questões que estão previstas no formulário. Pode-se dizer que, “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. [...]” (MARCONI ; LAKATOS, 1999, p. 64). Na pesquisa documental utilizou-se: do Estatuto do CEMIC; Projeto Político Pedagógico (PPP) do CEMIC; Construção Aproximativa com o Campo de Estágio. A outra técnica de pesquisa utilizada foi a entrevista, que significa “[...] uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária” (*Ib. Ibid*, p. 94). A entrevista foi elaborada com a formulação prévia de um formulário (apêndice 01), que “[...] pode ser definido como a técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas” (GIL, 1996, p.90).

A pesquisa foi realizada entre os dias 17 a 30 de setembro, aplicando-se a entrevista a dez famílias, pois das onze famílias selecionadas, uma delas não concordou em

responder as questões. Em um primeiro momento foi realizada uma entrevista piloto para verificar se as questões previamente formuladas estariam respondendo ao objetivo da pesquisa. Esta entrevista piloto foi agendada pela pesquisadora por contato telefônico, em que a família imediatamente se prontificou em colaborar, sendo marcada uma data para a realização da mesma. Primeiramente, no contato com a família, a pesquisadora entregou um Termo de Consentimento Informado (apêndice 02), explicando que a participação na entrevista implicaria em responder algumas perguntas que permitiriam trazer respostas para a pesquisa. Após a leitura e a explicação, a entrevistada assinou o documento. Desta forma, perguntou-se a família se a mesma permitiria que a pesquisadora utilizasse gravador, explicando que as informações prestadas seriam tratadas de maneira confidencial, de forma a impedir a identificação. Como a família aceitou que a pesquisadora fizesse uso de gravador, as perguntas do formulário foram lidas de maneira prévia, para que a família tivesse um entendimento do assunto antes da gravação da entrevista. Não havendo questionamentos, iniciou-se a entrevista seguindo o roteiro do formulário. A pesquisadora sentiu dificuldades para a realização da primeira entrevista, pois, como uma experiência nova, o nervosismo e a falta de conhecimento dificultaram o momento, tanto para a pesquisadora como para a família. Contudo, as respostas da entrevista foram satisfatórias, fazendo com que as questões formuladas pudessem ser mantidas para as demais entrevistas.

Assim sendo, como explicitado anteriormente, as entrevistas foram aplicadas a 10 famílias, e a pesquisadora no transcorrer das entrevistas, obteve mais conhecimentos e automaticamente mais segurança para a aplicação das mesmas. No final de cada entrevista a pesquisadora entregou um Termo de Compromisso (apêndice 03), se responsabilizando em conduzir as atividades conforme o Termo de Consentimento Informado, assinado por todas as famílias. Após o término das entrevistas, os dados obtidos foram transcritos e tabulados, buscando descrever as informações obtidas, sendo mantido o anonimato, identificando as famílias com a letra F seguida de um número de 1 a 10 em ordem crescente, por exemplo, F1, F2, F3 e assim consecutivamente.

No próximo item, buscar-se-á fazer a análise e interpretação dos dados da pesquisa. Conforme Gil (1996), tanto durante como depois da análise, pode ser feita a interpretação dos dados, de forma que estabeleça a ligação entre os resultados obtidos na pesquisa com estudos já realizados, e que tenham fundamentação teórico-metodológica que contribuam com os objetivos da pesquisa em questão.

3.2 CONHECENDO OS SUJEITOS DA PESQUISA

Para início de análise foram levantadas algumas questões que possibilitam identificar o perfil dos entrevistados: a idade, a profissão, há quanto tempo trabalham, quantos filhos possuem e quanto tempo possuem filhos no CEMIC. Essas questões apontam que dos sujeitos entrevistados, tem-se uma faixa etária de 25 a 42 anos, conforme a tabela a seguir:

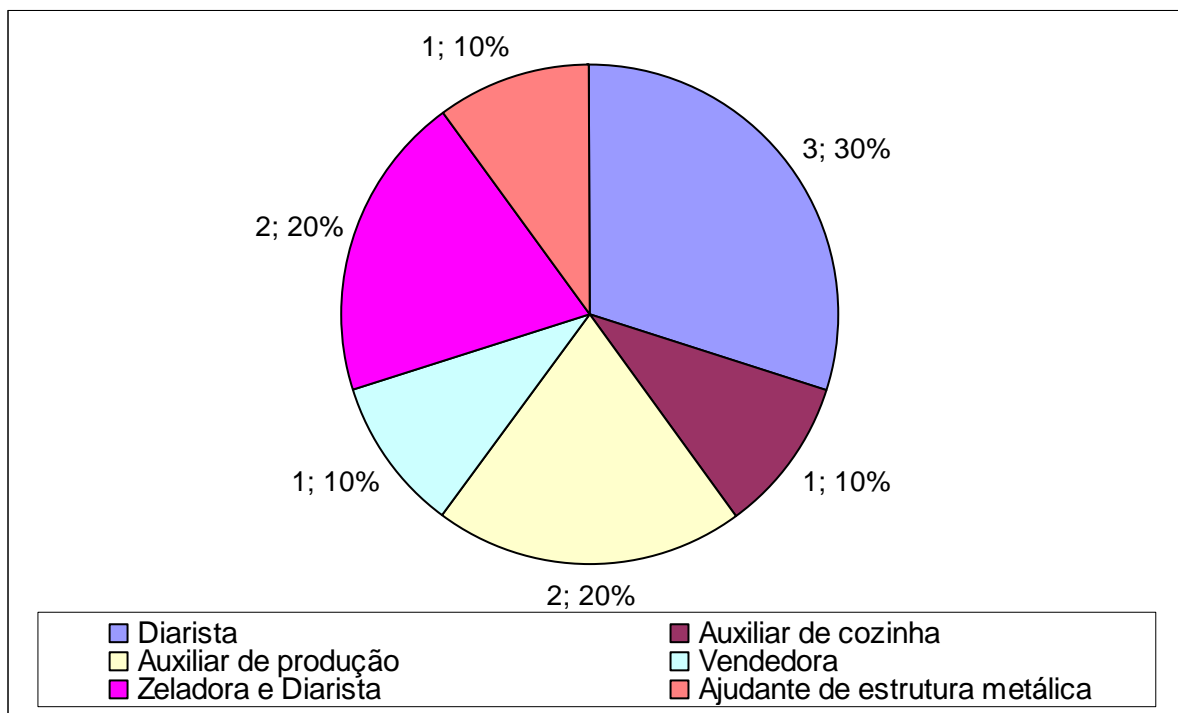
TABELA 1 – IDADES DOS PESQUISADOS

IDADE	FEMININO	MASCULINO
25-30	4	1
31-35	3	0
36-40	1	0
41-45	1	0

FONTE: Dados da pesquisa.

O segundo ponto levantado diz respeito à profissão dos sujeitos entrevistados, podendo ser apontado os seguintes empregos: diarista, auxiliar de cozinha, auxiliar de produção, vendedora, zeladora e diarista e ajudante de estrutura metálica. Os números e as porcentagens podem ser observados no gráfico a seguir:

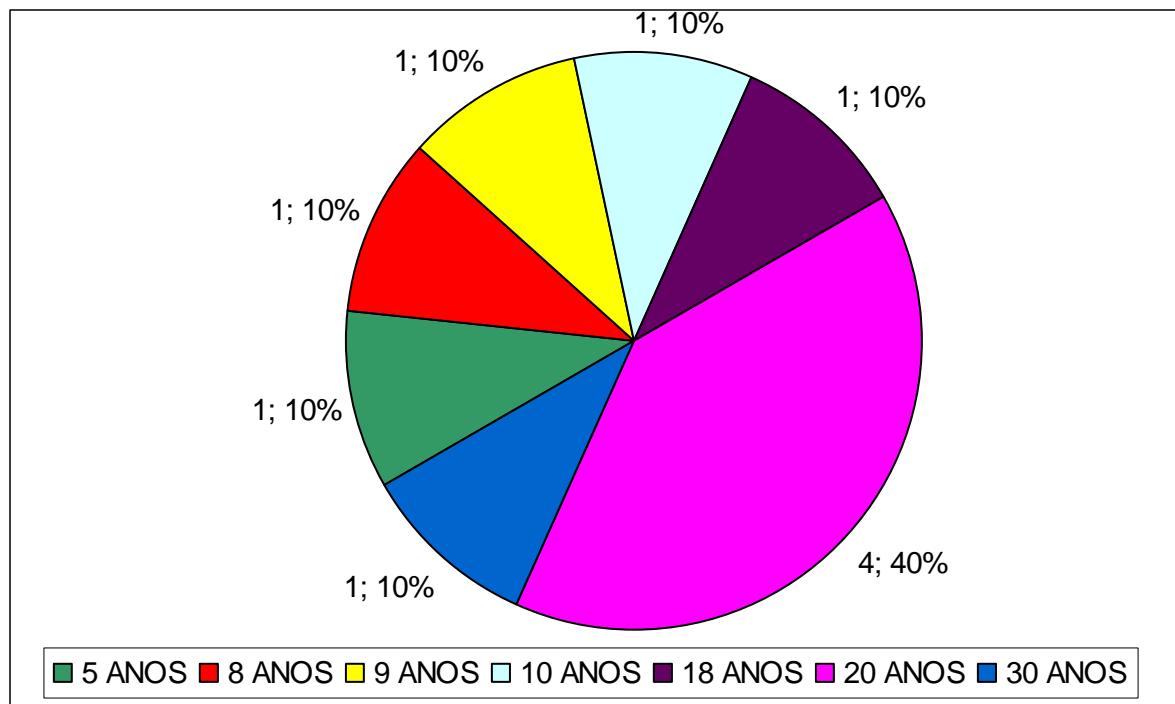
GRÁFICO 1 - PROFISSÃO DOS ENTREVISTADOS



FONTE: Dados da pesquisa.

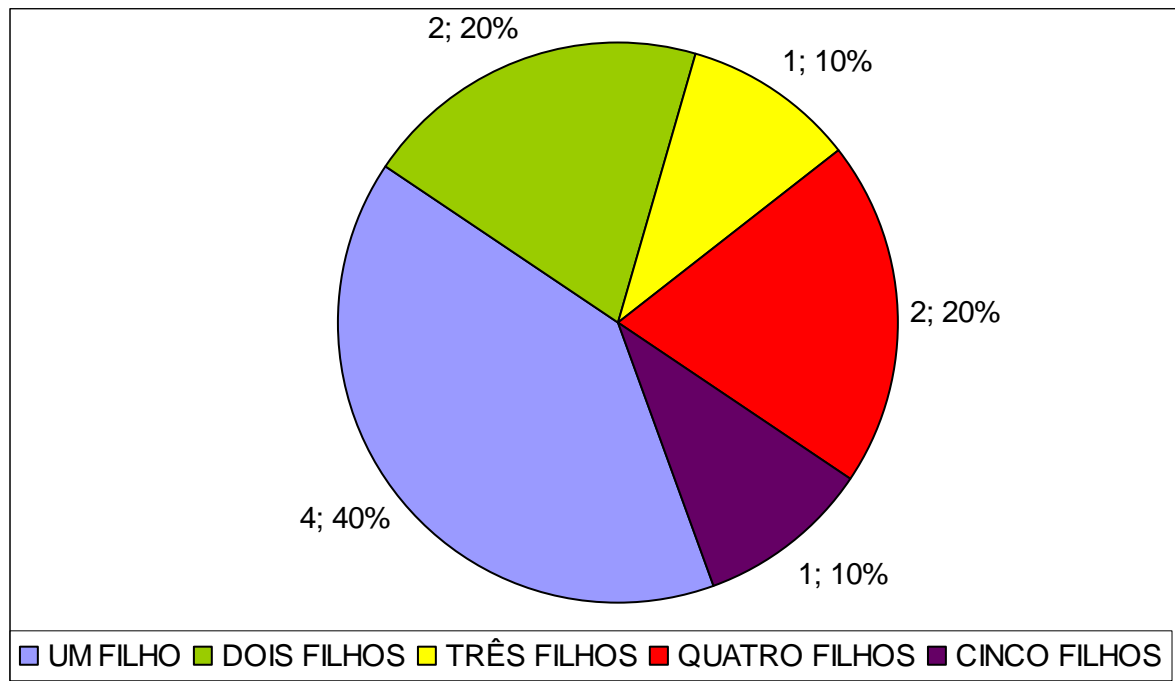
Outra questão diz respeito ao período em que os sujeitos entrevistados trabalham, de modo geral, não somente na profissão que possuem no momento. O tempo de trabalho dos entrevistados varia entre 5 a 30 anos, como mostra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 2 - TEMPO DE TRABALHO DOS ENTREVISTADOS.



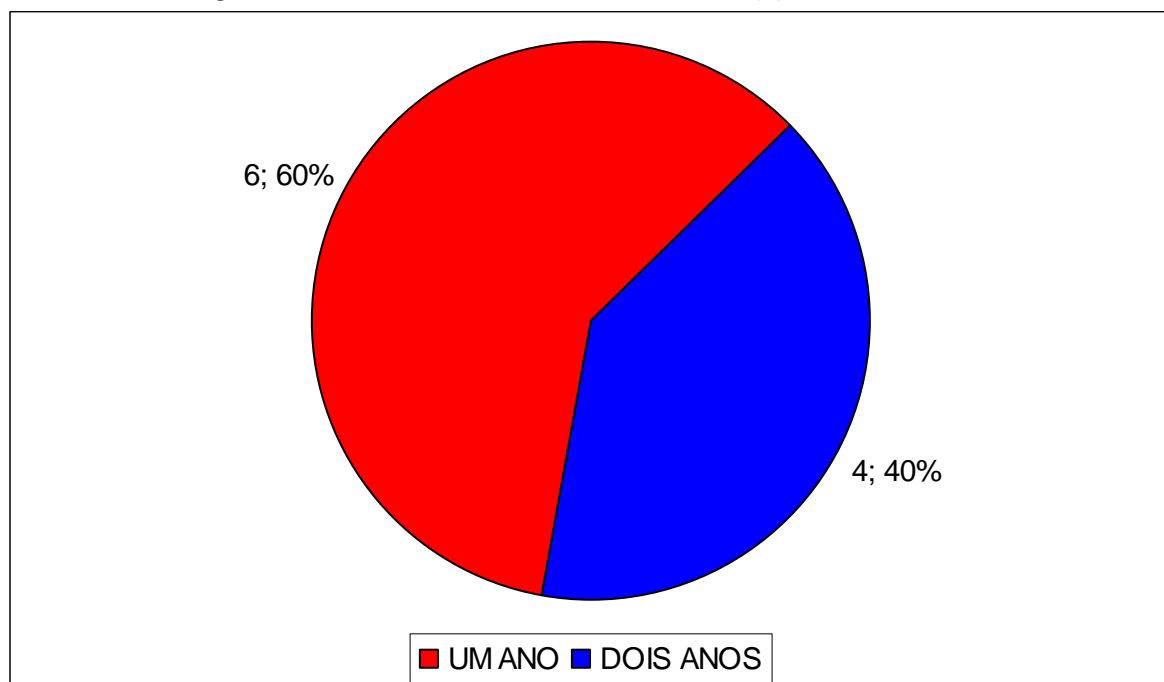
FONTE: Dados da pesquisa.

O ponto subsequente vem trazer o número de filhos que cada família possui, sendo que, a quantia de filhos varia de um a cinco, conforme se observa no gráfico seguinte:

GRÁFICO 3 – NÚMERO DE FILHOS DOS ENTREVISTADOS.

FONTE: Dados da pesquisa.

O último ponto levantado, junto aos sujeitos entrevistados, traz o período que possuem filho(s) no CEMIC, sendo que, como já explicitado anteriormente, a entrevista foi feita com famílias que se cadastraram no CEMIC entre os anos de 2007 e 2008. Portanto, o tempo que cada um dos entrevistados possui filho (s) na entidade é entre um ou dois anos, conforme mostra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 4 - QUANTO TEMPO POSSUEM FILHO (S) NO CEMIC

FONTE: Dados da pesquisa.

A partir dos apontamentos apresentados no perfil dos sujeitos entrevistados, pôde ser verificado, através da pesquisa, a idade, a profissão, tempo de trabalho, número de filhos e o tempo que os entrevistados possuem filho (s) no CEMIC. Assim, após conhecer o perfil dos entrevistados, buscar-se-á, no próximo item, apresentar a apreensão das famílias da prática profissional do Serviço Social no CEMIC, na atualidade.

3.3 A APREENSÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS.

O Serviço Social na atualidade possui uma prática que tem uma direção social definida pela categoria, com um projeto ético-político profissional, afirmando o compromisso pela busca e efetivação dos direitos dos usuários, com justiça e equidade. Esta profissão é regulamentada como profissão liberal, dispondo de uma Lei de Regulamentação (nº. 8.862/93) e de um Código de Ética Profissional, bem como, de Diretrizes Curriculares, que atribuem fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa ao exercício profissional do assistente social. Porém, embora os profissionais trabalhem com relativa autonomia na efetivação de sua intervenção, ressalta-se que as instituições empregadoras

muitas vezes acabam interferindo na prática do profissional, criando limites e desafios ao trabalho desenvolvido.

Diante de todos os desafios colocados a prática profissional, considera-se que seja fundamental para a profissional entender as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, pois englobam a formação e o exercício profissional e ao problematizá-las leva-se a compreensão da direção social da profissão de Serviço Social.

Diante deste breve contexto, destaca-se o exercício profissional da assistente social que atua no espaço sócio-ocupacional CEMIC, procurando através das entrevistas junto as famílias, compreender qual o conhecimento que possuem em relação as atividades que a assistente social realiza na entidade. Diante desta questão, verificou-se as seguintes falas:

(F4) “Procurei [o CEMIC] pra fazer o cadastro somente, depois não fui mais, nesse momento eu falei com a diretora do CEMIC e com a assistente social, pois é ela que faz essa parte de cadastro e matrícula [...] Não conheço praticamente nada, eu só sei das coisas que acontecem lá porque a minha filha comenta, porque não tenho tempo para participar das atividades lá no CEMIC e nunca fui até lá, mas sei que as atividades da assistente social são muito boas”.

(F7) “Não sei de muita coisa porque eu não procurei saber, não fui atrás disso, mas sei que é ela [assistente social] a responsável de fazer os cadastros das famílias e de matricular as crianças lá no CEMIC”.

Na busca de compreender que conhecimentos as famílias possuem da prática profissional do Serviço Social na entidade, se evidenciam a realização dos cadastros e das matrículas. Essas são uma das atividades que realmente mais se expressam no dia-a-dia da atuação da profissional, visto que, a pesquisadora ao buscar na entidade as atividades desenvolvidas pela assistente social, uma das que mais se evidencia na procura é o momento do cadastro e da matrícula, no qual a profissional tem um contato mais direto com os usuários. Assim, a pesquisa vem destacar que os usuários têm conhecimento da ação do Serviço Social a partir do contato para a realização do cadastro e da matrícula, confirmando os dados apresentados no item 2.2 deste trabalho, acerca das atividades que a profissional desenvolve na entidade.

Contudo, com a vivência da pesquisadora enquanto estagiária do CEMIC, no processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, acompanhando os trabalhos que o Serviço Social desenvolve na entidade, verificou-se que a prática profissional se detém

muitas vezes a certos trabalhos, como no caso, a realização de cadastros e matrículas, impossibilitando a abertura para outras ações, pode-se dizer que muitos limites são postos pela entidade, impedindo a ampliação da autonomia da profissional em decidir sobre as prioridades postas. Fato que aponta para a análise da direção social que a profissão toma, no seu projeto ético-político profissional, que traz como ponto central a luta pela efetivação dos direitos da classe trabalhadora, e com um estudo das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, percebe-se que o Serviço Social deve ter condições e conhecimentos para avançar em sua intervenção, não se limitando em priorizar atividades meramente burocráticas.

Nesta busca de compreensão pelo trabalho profissional, apresentam-se mais algumas falas:

(F5) “Somente quando fui procurar vaga para a minha filha, depois não fui mais procurar nenhum outro tipo de serviço lá, e quando fui quem me atendeu foi a assistente social, para fazer o cadastro”.

(F7) “Quando eu fui, que foi somente uma vez, eu procurei a diretora e a assistente social para fazer o cadastro, foi somente essa vez que eu procurei o CEMIC”.

O cadastro mais uma vez se evidencia nas falas, elas apresentam a necessidade de buscar junto à entidade uma vaga para seus filhos. Fato que aponta que dentro de duas necessidades econômicas e sociais é de suma importância ter seus filhos em um local que possibilita atendimento integral, com estudos, esportes, lazer, oficinas e alimentação.

Destaca-se que, a entidade oferece um projeto desenvolvido pela assistente social sobre cursos profissionalizantes para os pais, mas a princípio esses cursos não são citados e nem mesmo reconhecidos pelas famílias, como ação e participação da assistente social. Porém, não se pode julgar o que leva a falta de participação, mas sim indicar a necessidade de uma pesquisa por parte da profissional que aponte as reais situações dos pais. Ainda assim, se pode observar, de ante mão, que as condições que restam ao trabalhador da relação capital e trabalho são as mais explorantes possíveis, em que o trabalhador sente-se esgotado após um dia de trabalho, resultando ainda muitas vezes, em mínimas condições para a sua subsistência e para a da sua família. Logo, enquanto pesquisadora e estagiária do local acredita-se que pode existir um trabalho de maior incentivo junto a essas famílias para que elas tenham uma participação mais efetiva no local, e esse incentivo pode se dar por reuniões, palestras e outras

atividades, as quais podem ser melhor analisadas com o apoio de uma pesquisa que aponte as reais necessidades e rompam com as práticas imediatistas.

Além das atividades de realizar cadastros e matrículas, é citada como atividade da assistente social a visita domiciliar, tanto no sentido de esclarecer dúvidas como no sentido de verificar certas situações que ocorrem nas famílias, conforme observa-se a seguir:

(F5) “O que eu sei é que ela faz visitas nas casas, sei disso porque ela veio até a minha casa fazer visita, faz pouco tempo que tive o meu filho e ela veio verificar se estava tudo certo, porque desde que eu coloquei os filhos lá ela ainda não tinha vindo. Ela veio verificar também a situação de eu estar de licença, e também pra esclarecer algumas dúvidas, porque esse tempo que eu estava em casa eu não sabia se eu continuava mandando as crianças ou se eu deixava elas em casa, e ela veio esclarecer isso pra mim nessa visita. Mas, outro serviço dela eu não sei , até porque eu não procurei saber”.

(F9) “Eu sei que ela faz visitas para as famílias para saber se as crianças estão freqüentando o CEMIC, e se não estão indo ela vai para saber o motivo. Também faz visitas quando as crianças faltam por muitas vezes seguidas, então ela vai até a casa para verificar”.

(F10) “A gente sabe que ela faz visitas nas casas para saber se os pais estão trabalhando mesmo, para conferir, e também se alguma criança falta muitas vezes lá no CEMIC ela vai nas casas para verificar porque está faltando, e muitas outras atividades que ela faz, são muitas coisas”.

Para essas famílias, a atividade do Serviço Social que conhecem é a prática da visita domiciliar. Conforme a fala da F5 a assistente social realiza visitas domiciliares para o esclarecimento de dúvidas, pelo fato da mãe não ter o conhecimento da licença maternidade, na medida em que esta licença significa ficar em casa por um determinado período, e o fato de estar em casa é um dos critérios que impedem seus filhos de continuarem freqüentando o CEMIC. Diante disso, a assistente social realiza a visita para dar esclarecimentos, e explicar que o fato da mãe estar de licença maternidade, não tira o direito de seus filhos estarem na entidade. Assim, a prática profissional da assistente social, estando comprometida com a efetivação dos direitos, traz para a sua ação a importância da informação e do esclarecimento deste.

As falas apontam que as visitas domiciliares, além de esclarecimentos de dúvidas, também têm o objetivo de verificação de situações. Segundo as entrevistadas F9 e F10, ambas citam situações onde as crianças e adolescentes que faltam por muitas vezes consecutivas na entidade, motiva a assistente social a fazer a visita domiciliar para verificar a real situação,

uma vez que, se houverem mais de quinze faltas consecutivas, conforme regras da entidade, a criança ou o adolescente é desligado do local. Assim, a visita domiciliar é essencial na busca por compreensão da situação vivenciada, bem como, conforme acrescenta a F10 que a profissional realiza visitas para averiguar se os pais estão realmente trabalhando enquanto seus filhos freqüentam a entidade.

Este fato acontece porque, no caso de os pais ficarem sem emprego fixo, os mesmos são avisados que possuem entre quinze a trinta dias, dependendo do caso, para regularizar a situação, caso contrário, os filhos são desligados da entidade, de acordo com a regra do local, critério de alto grau de relevância e que merece muita atenção e análise. Sabe-se que, há uma longa lista de aguardo de famílias que possuem emprego fixo, e que não possuem um local para deixarem seus filhos enquanto trabalham, fato esse, que acaba levando essas famílias a procurarem parentes, amigos ou até mesmo vizinhos para cuidarem dos filhos, pois não podem pagar uma pessoa para cuidá-los, pelo fato de possuírem uma renda baixa, ou seja, a maioria das famílias possuem renda de até três salários mínimos, tornando-se insuficiente até mesmo para garantir um mínimo de subsistência.

Acredita-se que tal critério é bastante polêmico nas relações dos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI) e do CEMIC, na medida em que as relações de direito, enquanto universal, estão sempre sendo barradas por critérios seletistas, que afetam diretamente as pessoas que dependem da intervenção das políticas sociais.

É imprescindível destacar que a política social deve ter como principal finalidade a universalização no acesso aos direitos, que segundo Abranches (1998), é uma finalidade essencial para assegurar a efetivação dos direitos a todos aqueles que sofrem os efeitos negativos e contraditórios desta sociedade de classes. Porém, entre todas as contradições existentes nesta sociedade, a relação de universalidade em muitos momentos vem se esbarrando no processo de seletividade, que se evidencia na execução das políticas sociais, beneficiando através da condição de miséria, quais dos usuários serão beneficiados.

A discussão da apreensão da prática profissional do Serviço Social na perspectiva das famílias, evidenciou que das atividades que a assistente social desenvolve, as mais citadas são: a realização de cadastros e matrículas e a realização da visita domiciliar, em dois momentos, para o esclarecimento de dúvidas e na verificação de certas situações que ocorrem nas famílias.

Assim, para as considerações finais das análises, buscar-se-á, no próximo item, descrever e interpretar as expectativas que as famílias possuem em relação à prática profissional do Serviço Social no CEMIC.

3.4 EXPECTATIVAS DAS FAMÍLIAS EM RELAÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

Para o andamento da pesquisa, faz-se necessário interpretar e analisar as expectativas que as famílias possuem em relação ao Serviço Social no CEMIC, mostrando se realmente o Serviço Social é importante e necessário para a entidade. Entende-se que, segundo Iamamoto (2008), o assistente social ao ingressar na instituição que o emprega, começa a fazer parte de um grupo de trabalhadores que executa os objetivos da instituição, como um trabalho conjunto, que acaba tendo vários perfis de acordo com o espaço sócio-ocupacional em que atuam. Assim, pode-se dizer que a relação do profissional com o seu objeto de trabalho, atuando nas diversas expressões da “Questão Social” manifestadas na vida diária dos usuários com os quais trabalha, tem certa dependência de acordo com a política definida pela instituição empregadora, que institui as demandas e as atividades prioritárias a serem atendidas pela profissional.

Dessa forma, para entender o que as famílias esperam da prática da assistente social para o futuro, destaca-se a seguinte fala:

(F1) “[...] Eu não tenho do que me queixar do CEMIC. Só o que eu acho que a assistente social podia fazer é ajudar as crianças que não tem roupa para usar, pois muitas vezes não é fácil para os pais estarem dando isso para os filhos. Então, podia ter alguém pra ajudar nesse sentido”.

Percebe-se que a F1, ao falar da expectativa que possui do Serviço Social, cita que a assistente social poderia ajudar as crianças que não possuem roupa, visualizando que a família entende a profissão como uma prática profissional de cunho assistencialista e de caridade, que possui o objetivo de ajudar os pobres. Esse atrelamento do Serviço Social com a ajuda é o resultado de uma vinculação histórica da profissão com imediatismos derivados da doutrina social da Igreja Católica, pois, “Sabe-se que o Serviço Social surge como uma atividade social, com bases mais doutrinárias que científicas, no âmbito de um movimento reformista conservador, orientado-se, inicialmente, pela posição da Igreja católica [...]” (SILVA, 1995, p.14). Mesmo que esta idéia ainda se apresenta, sabe-se que a profissão tem tomado caminhos para romper com o pensamento do assistencialismo e da ajuda.

Por outra via, pode-se também apresentar uma concepção de ajuda que a distância do mero assistencialismo e da filantropia e a referenda na dimensão do acompanhamento e aconselhamentos junto às famílias, vejamos:

(F3) “[...] ela [assistente social] podia fazer alguma coisa relacionada com as famílias e as crianças, porque muitas vezes as crianças não têm esse contato com a família, muitos pais, a gente sente que não ligam muito para os filhos, então de repente eles podiam estar fazendo um planejamento familiar, como se diz, tentando aconselhar os pais para ter o contato melhor com os filhos, seria uma boa ajuda”.

Assim, a F3 sente a necessidade de aconselhamentos da profissional para as famílias. Diante disso, com a vivência da pesquisadora enquanto estagiária, pode-se dizer que a profissional assistente social vem realizando aconselhamentos individuais e/ou coletivos na entidade, bem como através de visitas domiciliares, porém, através da expectativa que apresenta a F3, esses aconselhamentos podem ser ampliados. A entrevistada apresenta conhecimento de que muitos pais não “ligam” para seus filhos, e pede a intervenção da profissional no CEMIC. Talvez isso aconteça porque na maioria das vezes os pais estão ausentes, pois trabalham, ou até mesmo por conflitos na família. Acredita-se que, é imprescindível a relação dos pais para a formação das crianças, porém, deve-se levar em consideração que se os pais não têm contato com os filhos, este fato pode ser desencadeado pelas múltiplas expressões da “Questão Social”, pois estão inseridos em uma sociedade em que vendem a sua força de trabalho e, muitas vezes, não conseguem garantir um mínimo de subsistência para a sua família. Portanto, a falta do contato com os filhos, não pode ser considerada através de uma visão individualista, mas, deve-se levar em conta todo o contexto que envolve a relação, o social, o econômico, o cultural, entre outros.

A entrevistada F4 apresenta a expectativa de que a profissional assistente social possa intervir para aumentar o tempo de frequência dos adolescentes na entidade.

(F4) “[...] acho que ela [assistente social] podia fazer alguma coisa para que as crianças pudessem ficar mais tempo no CEMIC, até uma idade maior do que ficam hoje, que é até 14 anos, eu acho, para eles poderem aprender melhor o que fazem lá”.

Deve-se ressaltar que, segundo o PPP do CEMIC, a idade das crianças e adolescentes que frequentam a entidade é de 04 a 14 anos, e de até 16 anos para os

adolescentes que estão incluídos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Diante da fala da F4, é importante salientar que a idade não é de até 14 anos e sim 16 anos, e que este critério é estabelecido na entidade através de estudos de legislações que acompanham a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, o que não impede uma atenção e análise por parte da profissional e da entidade, ao tomar conhecimento do resultado da pesquisa, sabendo que qualquer mudança vai ter que levar em conta questões de estrutura e financiamento.

Na fala da entrevistada F5, percebe-se que ela coloca como uma perspectiva do trabalho da assistente social, a criação de cursos profissionalizantes para os adolescentes do CEMIC.

(F5) “Poderia ser feito mais cursos profissionalizantes para as crianças mais velhas, não sei se tem algum já, mas na minha opinião poderiam criar esses cursos para o adolescente sair já com uma formação de lá, já com condição de trabalhar.[...]”.

Essa fala expressa, mesmo que indiretamente, as contradições postas por essa sociedade capitalista, que na geração e ampliação da desigualdade social e econômica não deixa outra alternativa para a população pobre, se não a venda de sua força de trabalho. Segundo o PPP do CEMIC, as crianças e adolescentes atendidos pelo PETI, “[...] estavam no mercado de trabalho, o qual oferecia riscos ao desenvolvimento dos mesmos, pois [...] trabalhavam como coletores de recicláveis, vendedores ambulantes, bóias-frias, entregadores, etc.” (CEMIC, 2007). A F5 cita, em sua fala, que o adolescente deveria sair do CEMIC com condição de trabalhar, relacionando a entidade ao mundo do trabalho. A entidade apresenta no seu histórico, certa ligação com o trabalho, porém, a mesma está buscando romper com essa prática, através de atividades relacionadas a cultura, a arte, ao lazer e ao esporte, estes últimos, através do Projeto Jovem em Ação (PROJEÇÃO)²⁰, proporcionando as crianças e adolescentes atividades esportivas e de lazer.

Apesar da entrevistada F5 colocar como expectativa da prática profissional da assistente social a ampliação de cursos profissionalizantes para o adolescente se preparar para o mercado de trabalho, e esses cursos já existirem na entidade, este não é o objetivo central que move o trabalho do CEMIC, visto que, é uma entidade de contra turno escolar, e as atividades oferecidas na entidade são para o “[...] desenvolvimento de vários aspectos: sócio-

²⁰ As informações sobre o PROJEÇÃO estão explicadas no capítulo 2, no item 2.1 deste trabalho.

moral, afetivo, cognitivo, motor e outros [...] estimular o gosto pela prática esportiva e cultural; desenvolvimento da auto-estima; do bem estar e melhoria na qualidade de vida” (CEMIC, 2007).

Para a entrevistada F6, ao ser questionada se possui futuras expectativas em relação ao Serviço Social no CEMIC, traz em sua fala, que a assistente social deveria trazer mais informações para as famílias, pois sente esta necessidade.

(F6) “Acho que sim, mais em questão de informação, tem muitas coisas que as mães e as crianças não entendem, muitas curiosidades, poderia fazer alguma coisa mais para informar”.

Percebe-se com a fala da F6 que a expectativa que possui do Serviço Social relaciona-se a prática da informação. Cabe salientar assim, que o acesso à informação pelo usuário encontra-se descrito no Art. 5º do Código de Ética Profissional, que trata dos deveres do assistente social nas suas relações com os usuários.

Pode-se dizer que o usuário ao ser informado torna-se um sujeito predisposto a agir, pois, sem a informação ele acaba se tornando um sujeito alienado. Sabe-se que a informação é significativa e a aquisição de certos conhecimentos pelo usuário constitui um passo fundamental, um passo básico, pois a informação é um direito, assim como o direito a saúde, a alimentação, ao trabalho, a educação e a tantos outros direitos do usuário. Dessa forma, a F6 clama por uma prática profissional que preste maiores informações aos usuários, se reportando, mesmo sem saber, que esta atividade deve fazer parte das atribuições privativas da profissional, como um dever.

Em relação a entrevistada F7, não soube citar nenhuma atividade que compreende que seja necessária como futura expectativa do Serviço Social.

(F7) “Eu imagino que muita coisa poderia ser feita ainda além do que ela já faz [...] com certeza sempre tem coisas que podem ser feitas ainda”.

Porém, a entrevistada observa que são muitas as atividades para serem realizadas ainda, pois a prática profissional não é acabada, não tem limites, é uma prática constante na busca por informações, que são adquiridas através de pesquisas e estudos da área. Além do mais, quanto às atividades realizadas atualmente pela profissional, surge a “[...] necessidade de aprofundamento da defesa da qualidade dos serviços prestados a população, urge assegurar

aos usuários e as instituições, no que compete a profissão, prestação no oferecimento dos programas e na realização do próprio Serviço Social” (PAIVA *et al*, 1996, p. 204-205).

A entrevistada F8 cita a ampliação das visitas domiciliares como expectativa em relação ao trabalho da profissional.

(F8) “Poderia fazer mais visitas nas casas para verificar se as mães estão realmente trabalhando, pois muitas famílias deixam os filhos no CEMIC e ficam em casa sem fazer nada, mas eu não falo nada porque muitas crianças vão para o CEMIC para não passar fome em casa, mas no geral ela está fazendo bem o trabalho dela, pois quando vou nas reuniões dos pais ela fala bastante coisas sobre o que eles fazem lá no CEMIC”..

Em relação a fala da F8 percebe-se que ela faz uma reclamação em relação as famílias que possuem os filhos no CEMIC e ficam em casa. Este fato realmente ocorre algumas vezes, porém, acontece no caso de o pai, a mãe ou o responsável pela criança ou adolescente perderem o emprego, então, possuem de quinze a trinta dias para procurar outro trabalho, e conseqüentemente permanecem em casa. Durante o período que permanecem sem emprego, a assistente social procura manter contato com a família, para se informar como se encontra a situação. Entretanto, como são muitas famílias atendidas pela entidade, a profissional muitas vezes não consegue acompanhar a situação de todas elas, e é nessa falta de tempo e de cobrança, que algumas famílias acabam se acomodando. Diante do exemplo, se explicita a ampliação da visita domiciliar, mas em uma dimensão bastante restrita, para averiguação de uma norma.

Quando refere-se ao fato de que, conforme a entrevistada, muitas crianças vão ao CEMIC para não passar fome, ressalta-se que, no município de Marechal Cândido Rondon existe uma grande demanda de famílias de baixa renda, que possui a urgência de serem atendidas pela entidade, no caso de risco social, pois não tem condições de se suprir, visto que, a maioria das famílias possuem renda igual ou inferior a três salários mínimos²¹. Não podendo deixar de ressaltar que a entrevistada F8 elogia o trabalho da profissional e mostra que participa das reuniões e acompanha o que seus filhos desenvolvem na entidade.

A família entrevistada F10, assim como a F8 citam como expectativa a visita domiciliar, bem como, a F10 cita que a profissional poderia intervir para que as matrículas pudessem ser facilitadas, o que leva a considerar, que poderia haver a desburocratização no momento da matrícula.

²¹ Informações sobre essa questão, podem ser observadas no item 2.1 do capítulo 2 deste trabalho.

(F10) “Por a gente não ter muito contato com ela, a gente não sabe de muita coisa, mas uma coisa que poderia ser facilitado é na hora de fazer a matrícula, pois tem muitas mães que trabalham e não conseguem vaga. Outra coisa é que a assistente social poderia fazer mais visitas nas casas para verificar a situação das mães que não trabalham e tem os filhos lá no CEMIC. No geral está muito bom, só a minha sugestão é para que ela fizesse mais visitas nas casas”.

A F10 observa que existem muitas mães que possuem um emprego fixo, mas que não conseguem vaga ao procurar o CEMIC, visto que, esse fato poderia ser facilitado pela assistente social. Porém, isso acontece devido a grande demanda de famílias que aguardam vaga na lista, que é atualizada praticamente todos os dias pela profissional. É grande o número de mães que procuram a entidade, principalmente no período inicial do ano, em que as crianças e adolescentes são rematriculados, ou então, deixam a entidade, por diversos motivos, de idade máxima, de mudança de cidade, ou até mesmo, como deveria acontecer em todas as famílias, pela conquista da emancipação, em que a mesma não necessita mais dos serviços oferecidos pela entidade.

Dentro da expectativa apresentada pela F10, de facilitar a matrícula e a ampliação do número de vagas, acredita-se que desburocratizar e agilizar o momento da matrícula faz parte e é dever da profissional assistente social. Porém, o número de vagas está além de uma autonomia profissional, pois, depende de intervenções públicas e da ampliação de recursos por parte do Estado nas políticas sociais.

Tendo em vista o que foi apresentado, percebe-se que as famílias realmente consideram a prática profissional da assistente social importante e necessária, visto que todas as famílias ao serem questionadas se a prática da assistente social atende as necessidades dos usuários, responderam que atende, mas que também apresentam algumas expectativas futuras. Porém, responderam que atende as necessidades, mas com certo limite quanto ao conhecimento das atividades que a assistente social realiza na entidade. Ainda assim, foi possível constatar que suas expectativas são em torno de: uma prática assistencial no acompanhamento e aconselhamentos junto às famílias, mostrando a necessidade de um trabalho que reforce os laços familiares; a intervenção da profissional para aumentar o tempo de permanência das crianças e adolescentes na entidade; a ampliação de cursos profissionalizantes preparando o adolescente para o mercado de trabalho; prestar informações as famílias; ampliar as visitas domiciliares e a desburocratização na realização das matrículas. Percebe-se assim, a importância que a profissão assume no espaço sócio-ocupacional e nas

relações com os usuários, na medida em que as famílias entrevistadas apresentaram suas várias expectativas em torno da prática profissional do Serviço Social na entidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste Trabalho de Conclusão de Curso aconteceu através de leituras e pesquisas a diversas literaturas, com o conhecimento que as disciplinas possibilitam, bem como, a experiência vivenciada como estagiária que foi de fundamental importância para a sua concretização, possibilitou uma maior aproximação e um melhor conhecimento sobre o tema escolhido, permitindo a pesquisadora explorar o objetivo proposto que teve como finalidade conhecer e analisar junto às famílias atendidas pelo CEMIC a sua apreensão da prática profissional do Serviço Social.

Para que se chegasse ao objetivo do trabalho, tornou-se necessário primeiramente conhecer o processo histórico percorrido pela profissão de Serviço Social, desde o seu surgimento até a contemporaneidade, visto que, a profissão possui um projeto ético-político profissional que vem sendo construído pela categoria de assistentes sociais até os dias atuais, na busca pela efetivação dos direitos da classe trabalhadora, com justiça e equidade social. Os documentos que explicitam este projeto são: o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares, elementos fundamentais que oferecem legitimidade para a prática profissional. Também se considerou de suma importância a reelaboração do contexto histórico do CEMIC e do Serviço Social.

Portanto, para que se concretizasse o trabalho, foi necessário ouvir os sujeitos da pesquisa, através de entrevistas, em que os mesmos expuseram suas opiniões, idéias e sugestões sobre a prática profissional do Serviço Social no CEMIC, por meio de questionamentos direcionados a eles. Desta forma, foi preciso questionar as famílias sobre as atividades que possuem conhecimento diante da prática profissional desenvolvida pelo Serviço Social no CEMIC. Foi possível constatar que as famílias evidenciam a prática da realização de cadastros e matrículas, como uma das atividades que mais se expressam no cotidiano da profissional, sendo esta uma forma de ter um contato mais direto com os usuários da entidade. Diante desta questão, verificou-se através da vivência do estágio que, em certos momentos, a prática profissional limita-se a realização de alguns trabalhos burocráticos, porém, esta questão pode ser justificada na medida em que a instituição procura interferir na prática profissional e impor atividades que para ela são essenciais, interferindo na ação profissional e na sua autonomia. Isso faz com que a prática profissional fique restrita, muitas vezes, a trabalhos burocráticos, mesmo que se tem que levar em consideração que este serviço

também faz parte das atividades do profissional assistente social, porém, não deve impossibilitar o contato direto com os usuários.

Ainda na busca de entender o que as famílias compreendem da prática profissional, pôde ser constatado com a pesquisa, que a visita domiciliar é considerada por algumas famílias como um instrumental necessário realizado pela profissional. Verifica-se que, esta atividade, assim como a realização de cadastros e matrículas, também se evidencia no dia-a-dia profissional, pois a visita domiciliar é uma forma que possibilita um maior contato com os usuários da entidade, em que podem ser verificadas as condições reais vividas pelas famílias, como forma de realizar um estudo social e econômico, esclarecendo as famílias sobre os acessos a serviços que possuem, como direito.

Perguntou-se também as famílias, se possuem expectativas em relação ao Serviço Social no CEMIC, pode ser constatado que surgiram várias opiniões a respeito desta questão, destacando-se: ampliação dos acompanhamentos e aconselhamentos junto as famílias, a intervenção da profissional para aumentar o tempo de permanência das crianças e adolescentes na entidade, a ampliação de cursos profissionalizantes, prestar informações as famílias, ampliar as visitas domiciliares e a intervenção da profissional para desburocratizar a realização das matrículas.

Portanto, pôde ser constatado nas entrevistas com as famílias que a prática profissional do Serviço Social na entidade, atende algumas necessidades dos usuários, podendo ser constatado a sua real importância e necessidade na entidade. Porém, as famílias apesar da dificuldade para explicitar com clareza quais as atividades que o Serviço Social realiza no local, conseguiram levantar alguns pontos de expectativas em relação ao trabalho desenvolvido pela profissão. E quem sabe este é o momento para a profissão ampliar a oportunidade para os usuários conhecerem melhor a entidade e os profissionais que nela trabalham.

Ressalta-se então, que a pesquisa tornou-se relevante, na medida em que expressa que o Serviço Social na entidade é de fundamental importância, visto que, como colocado pelas famílias entrevistadas, o conhecimento que possuem da entidade e dos profissionais é pouco, porém, dos atendimentos procurados, no que diz respeito ao Serviço Social, foram atendidos.

Portanto, cabe ao profissional, com seus conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que traz uma direção social a prática profissional que define a luta pela efetivação dos direitos da classe trabalhadora, ir além da prática burocrática,

que muitas vezes é imposta pela entidade, para ir à busca de uma prática que lhe possibilite competência crítica, para ultrapassar os elementos da cotidianidade. Possibilitar estudos, pesquisas e análises da realidade dos usuários do CEMIC, e concomitantemente avançar no exercício da sua prática profissional e nas várias dimensões da efetivação dos direitos dos usuários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social. *In: Coletânea de Leis e Resoluções*. Assistente social: ética e direitos. CRESS, 7º R- RJ . 4 ed. Rio de Janeiro: Lidador LTDA, 2006, p. 348-361.

_____. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n.79, ano XXV, 2004, p. 73-81.

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Política social, pobreza e desigualdade**: a prática da teoria. *In: Política social e combate à pobreza*. 4 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

CARVALHO, Raul de. *In: IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 9 ed. São Paulo:Cortez; [Lima,Peru]: CELATS,1993.

CATANI, Afrânio Mendes. Introdução. *In: O que é capitalismo*. São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1984. (Coleção primeiros passos, v.5).

CEMIC. Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade. **Estatuto do CEMIC**. Marechal Cândido Rondon, 2001.

_____. Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. Marechal Cândido Rondon, 2007.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Introdução. *In: A questão social no Brasil*: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CFESS. Código de ética dos assistentes sociais. Resolução CFESS n. 273/93 de 13 de março de 1993. *In: Coletânea de Leis e Resoluções Assistente Social*: ética e direitos. CRESS 7º Região – Rio de Janeiro, 2006.

_____. Lei da regulamentação da profissão dos assistentes sociais. Lei n. 8.662, de 07 de junho de 1993. *In: Coletânea de Leis e Resoluções Assistente Social*: ética e direitos. CRESS 7º Região – Rio de Janeiro, 2006.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CNAS. Conselho Nacional de Assistência Social. Gestão da política nacional de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social- SUAS. *In: Política Nacional de Assistência Social - PNAS*. Brasília, nov. 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. *In: Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 3. Brasília: UNB, CEAD, 2000, p. 41-55.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GUERRA, Yolanda. Ensino da prática profissional no Serviço Social: subsídios para uma reflexão. *In: Revista Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, v.1, n.2 (jul/dez.2000). Brasília: ABEPSS, 2000.

_____. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 91, ano XXVIII, set. 2007, p. 05-33.

HAWERROTH, Aline Daiane. **Construção Aproximativa com o Campo de Estágio: Centro de Estudos do Menor e Integração a Comunidade – CEMIC**. Marechal Cândido Rondon, 2007.

HENRÍQUEZ, Alfredo (Org.). Definição de trabalho social. *In: Serviço Social: ética, deontologia e projectos profissionais*. CPIHTS, VERAS, ICSA. Lisboa, Madrid e São Paulo, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O projeto profissional. *In: Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KOIKE, Marieta. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. *In: Capacitação em serviço social e política social*. Brasília: UNB, CEAD, Módulo 02, 1999, p.103-118.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MOTA, Ana Elizabete. **Avaliação da implementação das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social.** GT – Diretrizes Curriculares. Produção: Ana Elizabete Mota, Marieta Koike, Ângela Amaral. Apoio: CAPES, UFPE-NUSP. Vídeo em CD/ROOM, 32 min. ABEPSS, 2006.

NETO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. *In: Capacitação em serviço social e política social.* Brasília: UNB, CEAD. Módulo 01, 1999, p. 93-110.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 9º ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria Brandt. **Cotidiano:** conhecimento e crítica. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PAIVA, Beatriz Augusto de, *et al.* Reformulação do código de ética: pressupostos históricos, teóricos e políticos. *In: Serviço Social e ética:* convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 1996.

PAIVA, Beatriz Augusto de; SALES, Mione Apolinário. A nova ética profissional: práxis e princípios. *In: Serviço Social e ética:* convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 1996.

REICHERT, Cleuza Maria. **Violência Escolar:** os limites de compreensão da problemática na ótica dos professores, do Centro de Estudos do Menor e Integração a Comunidade – CEMIC de Marechal Cândido Rondon. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* de Toledo, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação profissional do assistente social:** inserção na realidade social e na dinâmica da profissão. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. **O Serviço Social e o popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. O que é o ajuste neoliberal. *In: Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.* 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões de Nossa Época, v.78).

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo.** São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Evaldo. Política econômica e política social. *In: Democracia e política social.* São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v.49).

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do serviço social na contemporaneidade. *In: Capacitação em serviço social e política social.* Brasília: UNB, CEAD, Módulo 04, 2000, p. 21-34.

APÊNDICES

APÊNDICE 01
FORMULÁRIO DA PESQUISA

Formulário de questões para as entrevistas

- 1- Qual a sua idade?**
- 2- Qual a sua profissão?**
- 3- Há quanto tempo trabalha?**
- 4- Tem quantos filhos?**
- 5- Há quanto tempo possui filho(s) no CEMIC?**
- 6- Ao procurar o CEMIC, quais os serviços que sua família necessita e quais profissionais você tem contato?**
- 7- Os atendimentos que procuram no CEMIC são todos atendidos?**
- 8- O que você conhece das atividades que o Serviço Social realiza no CEMIC?**
- 9- Em sua opinião, o Serviço Social a partir das atividades que realiza no CEMIC, atende as necessidades dos usuários que freqüentam este local?**
- 10- Além das atividades que o Serviço Social realiza, você considera que seria necessário realizar outras? Comente.**

APÊNDICE 02

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Esta pesquisa será conduzida sob responsabilidade de Aline Daiane Hawerth, acadêmica do curso de Serviço Social, orientada pela Profa. Ms. Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago, professora do curso de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

O universo da pesquisa será constituído por famílias cadastradas no Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade, na cidade de Marechal Cândido Rondon/Paraná. O estudo tem como objetivo geral conhecer e analisar junto às famílias atendidas no Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade- CEMIC- de Marechal Cândido Rondon/PR, a sua apreensão da prática profissional do Serviço Social. Seus objetivos específicos são:

- 1-Descrever a concepção de prática profissional do Serviço Social na atualidade.
- 2-Compreender como as famílias vêem as ações desenvolvidas pelo Serviço Social.
- 3-Levantar junto às famílias, futuras expectativas em relação ao Serviço Social.

Sua participação implica em responder algumas perguntas que permitam trazer respostas para as questões levantadas nos objetivos específicos desta pesquisa.

As informações que você nos der serão tratadas de maneira confidencial, de forma a impedir a sua identificação. Seu nome ou quaisquer outros dados pessoais que possam identificá-lo(a) não farão parte de publicação, relatório ou outra forma de divulgação.

Se você tiver alguma pergunta a fazer sobre esta pesquisa ou sobre sua participação nela, sinta-se à vontade para perguntar. No futuro, se você tiver dúvidas, poderá procurar por Aline Daiane Hawerth, pelos telefones: 3279-1844 ou 3279-1103.

Se você concorda em participar deste estudo, por favor, assine embaixo.

Toledo, ____/____/____

Assinatura do entrevistado: _____

APÊNDICE 03
TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, Aline Daiane Hawerroh, sob orientação da Profa. Ms. Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago, comprometo-me a conduzir todas as atividades deste estudo de acordo com os termos do presente Consentimento Informado.

Toledo. ____/____/____

Assinatura do (a) pesquisador (a) _____